



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-GEOGRAFIA

MARCILENE RAMOS BARROS

**A MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE NO CONTEXTO DA JUVENTUDE
RURAL DO ASSENTAMENTO VERA CRUZ EM GRAJAÚ- MA**

Grajaú
2022

MARCILENE RAMOS BARROS

**A MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE NO CONTEXTO DA JUVENTUDE RURAL DO
ASSENTAMENTO VERA CRUZ EM GRAJAÚ-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas-Geografia da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Grajaú, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Grajaú
2022

MARCILENE RAMOS BARROS

**A MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE NO CONTEXTO DA JUVENTUDE RURAL DO
ASSENTAMENTO VERA CRUZ EM GRAJAÚ-MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Aprovado em: 20 / 09 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Orientador – UFMA

Profa. Dra. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida
Examinadora Interna – UFMA

Profa. Dra. Rosimary Gomes Rocha
Examinadora Interna – UFMA

Ian Moura Martins
Examinador Externo ao Curso – PPGGEO/UFMA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

RAMOS BARROS, MARCILENE.

A MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE NO CONTEXTO DA JUVENTUDE RURAL
DO ASSENTAMENTO VERA CRUZ EM GRAJAÚ- MA / MARCILENE RAMOS
BARROS. - 2022.

62 f.

Orientador(a): MARCOS NICOLAU SANTOS DA SILVA.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, GRAJAU-MA,
2022.

1. CAMPO-CIDADE. 2. JUVENTUDE RURAL. 3. MIGRAÇÃO. 4.
PERMANÊNCIA NO CAMPO. I. SANTOS DA SILVA, MARCOS NICOLAU.
II. Título.

*Prepare seu coração
Pras coisas que eu vou contar
Eu venho lá do sertão
[...]
E posso não lhe agradar
Aprendi a dizer não
Ver a morte sem chorar
[...]
Estava fora de lugar
Eu vivo pra consertar
[...]*

Elba Ramalho

Dedico esse trabalho a meu avô Manuel Curcino “Capitão Pulia”, a quem infelizmente a pandemia nos tirou. Obrigado por ter sido o exemplo mais lindo de ser humano, com quem pude ter a honra de conviver, todos os seus ensinamentos, exemplos e histórias sempre serão levados comigo.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus por me permitir chegar até aqui, sem ELE sei que nada seria possível.

A minha família, minha base para tudo, principalmente meus pais, João Pedro e Maria do Carmo, por serem meus principais incentivadores. Aos meus irmãos e cunhado: Rafael, pela parceria e ajuda durante todo esse percurso; Daniel, por cada incentivo e todas as formas de ajuda; Gracilene e seu esposo Jardel, por todo o apoio. Aos meus pequenos sobrinhos, Luis Felipe e José Pedro, por serem a luz que sempre me lembrava de não desistir.

Ao professor Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva, por ter aceitado me orientar, por toda a paciência e ensinamentos nesse período, e por toda a contribuição para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Levando em consideração que os processos migratórios sempre estiveram presentes no desenvolvimento da história da humanidade e foram aspectos de grande importância para a formação socioespacial dos diferentes territórios, esse estudo tem como tema a migração campo-cidade no contexto da juventude rural. Neste sentido, o objetivo da pesquisa foi analisar a relação campo-cidade a partir das motivações da migração dos jovens do Assentamento Vera Cruz, em Grajaú-MA. A metodologia adotada envolveu a pesquisa do tipo exploratória, de abordagem qualitativa, na qual realizou-se por meio da pesquisa de campo, entrevistas com os jovens que vivem no Projeto de Assentamento Vera Cruz e com os que deixaram a localidade. Foi realizada também a revisão de literatura em livros, artigos, teses e dissertações, levantamento nas bases do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em síntese, evidenciou-se que a migração dos jovens ou a intenção de migrar é baseada no desejo de alcançar melhores perspectivas de vida, como trabalho e estudo. Percebeu-se que a migração dos jovens foi direcionada para diferentes destinos, com migração intermunicipal, interestadual e inter-regional. Notou-se também, que as principais dificuldades, ou melhor, os obstáculos que os jovens rurais enfrentam, é a falta de oportunidades: de estudo, trabalho, lazer e ausência do Estado no campo. Por fim, a decisão de permanecer no campo ou migrar leva em consideração não apenas as dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais, mas os seus próprios anseios, isto é, o que cada jovem deseja realizar para sua vida.

Palavras-chave: Migração; Permanência no campo; Campo-cidade; Juventude Rural.

ABSTRACT

Taking into consideration that the migratory processes have always been present in the development of human history and have been aspects of great importance for the socio-spatial formation of different territories, this study has as its theme the field-city migration in the context of rural youth. In this sense, the objective of the research was to analyze the countryside-city relationship from the motivations of migration of young people from the Vera Cruz Settlement, in Grajaú-MA. The methodology adopted involved an exploratory research with a qualitative approach, in which interviews with the young people who live in the Settlement Project Vera Cruz and with those who left the place were carried out by means of field research. A literature review of books, articles, theses and dissertations was also carried out, as well as a survey in the databases of the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA). In summary, it was evident that the migration of young people or the intention to migrate is based on the desire to reach better life perspectives, such as work and study. It was noticed that the migration of young people was directed to different destinations, with intercity, interstate, and interregional migration. It was also noticed that the main difficulties, or rather, the obstacles that rural young people face, are the lack of opportunities: for study, work, leisure, and the absence of the State in the countryside. Finally, the decision to stay in the countryside or migrate takes into consideration not only the difficulties faced by rural youth, but their own wishes, that is, what each young person wants to accomplish in their lives.

Keywords: Migration; Stay in the countryside; Countryside-city; Rural Youth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do PA Vera Cruz, em Grajaú-MA	17
Figura 2 – Mapa dos fluxos migratórios da juventude rural do PA Vera Cruz – Grajaú-MA.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pretensão em permanecer no campo.....	37
Gráfico 2 – Destino do jovem migrante	38
Gráfico 3 – Fatores atrativos para o destino do jovem migrante do PA Vera Cruz ..	40
Gráfico 4 – Dificuldades após a migração	40
Gráfico 5 – Trabalho desenvolvido pelos jovens do PA Vera Cruz	41
Gráfico 6 – Intencionalidade dos jovens para a continuidade dos estudos	45
Gráfico 7 – Ausência do Estado no campo de acordo com os jovens do PA Vera Cruz.....	47
Gráfico 8 – Opinião dos jovens sobre as atividades rurais serem afetadas com a migração.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipo de migração quanto ao tempo de duração e direção	22
Quadro 2 – Evolução da população rural e urbana do Estado do Maranhão e de Grajaú-MA	34

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	17
3	JUVENTUDE CAMPONESA, TRABALHO E MIGRAÇÃO	20
3.1	Relação campo-cidade no contexto da migração	20
3.2	Mundo rural e migração de jovens: anseios, perspectivas e desafios	27
4	MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE NO MARANHÃO: a juventude rural do PA Vera Cruz (Grajaú - MA) entre migrar ou permanecer no campo	31
4.1	O Projeto de Assentamento Vera Cruz	34
4.2	Os participantes da pesquisa	35
4.3	Motivações para a permanência no campo ou migração dos jovens do PA Vera Cruz	36
4.4	O destino dos jovens migrantes	37
4.5	Perspectivas e obstáculos dos jovens do PA Vera Cruz	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	58

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, os homens mudavam-se inúmeras vezes, indo de um lugar a outro à procura de alimentos ou buscando se proteger de fenômenos naturais, o que atesta os constantes movimentos migratórios até a atualidade. Por meio desses movimentos, os homens evoluíram nas suas formas de vida e produção da natureza, mudando suas formas de produzir, abandonaram suas antigas moradas e se dispersaram por todo o mundo, por meio da migração (VIEIRA NETO; FERREIRA, 2012). Deste modo, a migração é um fenômeno socioespacial que remonta a existência humana, possuindo diferentes marcos temporais, espaciais e os fatores que a motiva são diversos.

No Brasil, por exemplo, a migração campo-cidade foi mais intensa na segunda metade do século XX. No presente século, o fenômeno migratório entre o campo e a cidade se desacelerou, mas, os deslocamentos populacionais continuam a fazer parte da dinâmica espacial (PATARRA, 2003).

Essa realidade também se reproduziu no Maranhão, que é historicamente um estado migrante, isso em função das condições socioeconômicas que influenciaram a sua caracterização como uma região que sofre constante abandono, ocasionado na sua maioria pela falta de oportunidades empregatícias, baixas remunerações e reduzida industrialização (SILVA, 2018). Além disso, a falta de acesso à terra ou a expropriação de camponeses é outro fator que impulsiona a migração. Fatores como esses, incentivaram a migração nos municípios maranhenses de Timbiras e Codó, devido à desapropriação de inúmeras famílias que viviam principalmente da exploração do coco babaçu, o que por falta de alternativas levaram muitos membros destas famílias a migrarem para os canaviais paulistas (SOUSA; MOURA, 2020).

Durante muito tempo, a migração maranhense aconteceu rumo a diversos estados e para as diferentes regiões do país. Em direção ao Centro-oeste aconteceu principalmente para os estados de Mato Grosso e Goiás, com o intuito de desenvolverem tanto atividades agrícolas como urbanas; já para o Sudeste a migração era em sua maioria para o estado de São Paulo, influenciados pelas oportunidades de empregos geradas nos canaviais e no setor industrial da região (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011).

Os maranhenses, assim como outros migrantes dos demais estados nordestinos, marcharam também rumo ao norte do país, para os estados do Pará e Amazonas. Para o Amazonas, a migração ocorreu graças às oportunidades geradas pela construção de rodovias, como a Transamazônica, pelos projetos de colonização criados pelo Governo Federal (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011) e o polo industrial da Zona Franca de Manaus. Já para o Pará, os maranhenses foram motivados pela escassez de terras para trabalhar em seu estado, isso devido à política de reorganização de terras do Maranhão que deixou muitas famílias sem terras, e como muitos dos integrantes dessas famílias já tinham o costume de praticar a migração temporária rumo a essa região em trabalhos de curtos períodos na produção de pimenta-do-reino, acabaram migrando de forma definitiva com suas famílias para o estado paraense (SILVA, 2018). No Pará também se destaca a migração econômica em busca de trabalho nas áreas de mineração.

Assim como em outros recortes empíricos, o município de Grajaú - MA, localizado genericamente no centro-sul do estado, também possui historicamente uma tradição rural, possuindo um significativo número de pessoas que ainda vivem no campo, distribuídas entre povoados, pequenas propriedades e assentamentos rurais, bem como em grandes fazendas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população total do município de Grajaú era de 62.093 habitantes, sendo que 25.052 (40,3%) destes viviam na zona rural. No município de Grajaú existe ainda um intenso movimento migratório entre suas regiões rurais, realizado principalmente por trabalhadores rurais e suas famílias, como caseiros, vaqueiros, operadores de máquinas agrícolas etc., nas fazendas agrícolas e de criação de gado.

Cabe ressaltar que, durante as últimas décadas, o movimento migratório que ganhou bastante destaque no município em tela foi à migração interna da população do campo para a cidade, realizada principalmente pela população mais jovem, que é objeto de estudo dessa pesquisa.

Partindo destas ponderações, escolheu-se para a realização desta pesquisa, o espaço do Projeto de Assentamento (PA) Vera Cruz. Este assentamento rural é um dos mais importantes espaços rurais de Grajaú, do ponto de vista de sua formação territorial e do contingente populacional, uma vez que contém um número significativo de famílias que ainda residem no campo.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar a relação campo-cidade a partir das motivações da migração dos jovens do Assentamento Vera Cruz, no município de Grajaú. Concomitantemente ao objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram delimitados: a) identificar as motivações que levam os jovens do PA Vera Cruz a migrarem para a cidade ou permanecerem no campo; b) localizar os principais destinos dos jovens migrantes do campo; e c) destacar as principais perspectivas, assim como os obstáculos à juventude rural do PA Vera Cruz.

Nesse momento, escrevo em primeira pessoa para justificar a motivação pessoal para a escolha dessa temática de pesquisa. O interesse por esse estudo surgiu mediante a minha vinda do campo para a cidade, com o intuito de buscar melhores perspectivas em relação ao estudo e, posteriormente, melhores oportunidades de trabalho. E também pelo desejo de aprofundar uma pesquisa sobre a relação existente entre o campo e a cidade e o que leva os jovens, como eu, a migrarem. O estudo justifica-se, ainda, devido à possibilidade de contribuir com a investigação acadêmica, haja vista que são poucos os estudos sobre o tema migração campo-cidade no contexto da juventude rural no Sul do Maranhão e, particularmente, em Grajaú.

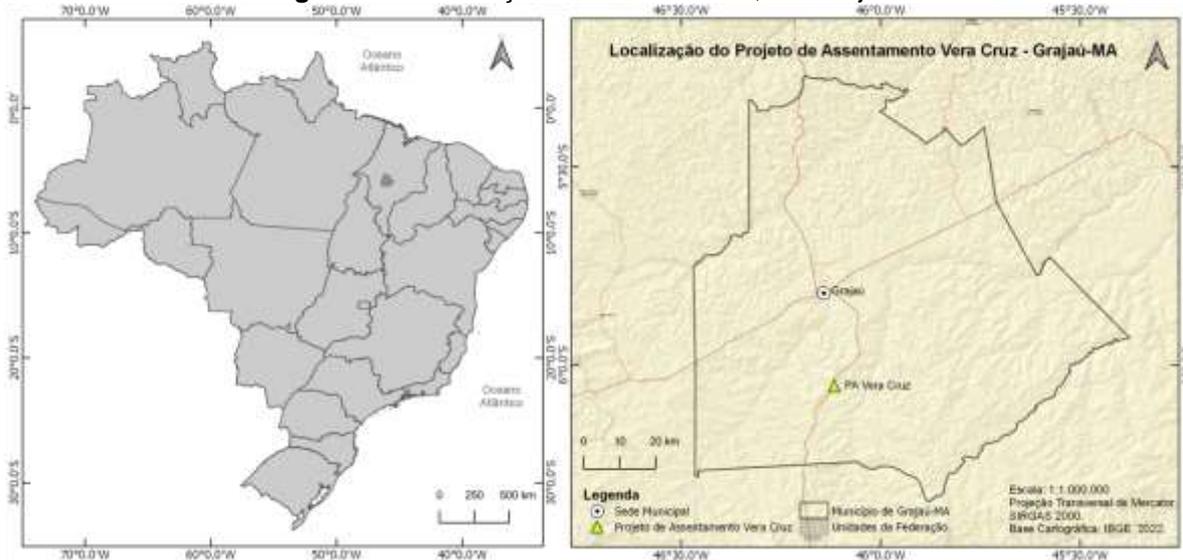
A presente pesquisa está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo foi dividido em duas partes, sendo apresentada na primeira parte a relação campo-cidade no contexto da migração. Já na segunda parte desse capítulo foi abordado o mundo rural e a migração dos jovens, seus anseios, perspectivas e desafios. No segundo capítulo analisou-se a migração campo-cidade no Maranhão, a juventude rural do PA Vera Cruz e a decisão de permanecer no campo, o qual organizou-se em quatro partes: a primeira apresentou os participantes da pesquisa; a segunda discutiu as motivações para a permanência dos jovens do PA Vera Cruz no campo; a terceira apontou os destinos dos jovens migrantes; e a quarta parte apresentou as perspectivas e os obstáculos vividos pelos jovens do PA Vera Cruz.

2 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como exploratória, pois, segundo Gil (2002, p. 41), “esta tem como objetivos proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Já a abordagem da pesquisa é do tipo qualitativa, que de acordo com Prodanov, Freitas (2013, p. 70), “os pesquisadores mantêm contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo”.

O estudo foi realizado no Projeto de Assentamento (PA) Vera Cruz, localizado no município de Grajaú, sendo o mesmo criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2001 e destinado a 109 famílias (Figura 01). De acordo com a ficha de controle de distribuição de água, 96 famílias residem atualmente no PA Vera Cruz, no entanto, atualmente, das famílias residentes, nem todas foram assentadas pelo INCRA. Muitas dessas famílias vivem no local por terem efetuado a compra de lotes, algo comum na região.

Figura 1 – Localização do PA Vera Cruz, em Grajaú-MA



Fonte: IBGE, 2022.

Designa-se partícipe dessa pesquisa as famílias camponesas e, particularmente, os jovens de 15 a 24 anos que residem ou não no PA Vera Cruz. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, são considerados jovens os indivíduos com idades entre 15 e 29 anos. No entanto, optou-se a realizar a pesquisa apenas com jovens de até 24 anos, por considerar que os jovens de 25 a

29 anos são indivíduos em transição para a vida adulta ou já vivem uma vida adulta no campo.

Ao todo, 20 jovens participaram da pesquisa, sendo 10 residentes do PA e 10 que saíram, isto é, migraram do PA Vera Cruz. As entrevistas com os jovens que permanecem no PA foram realizadas em suas próprias residências, já aquelas com os jovens migrantes foram realizadas por ligação via WhatsApp, uma vez que alguns estavam em outros estados. Os motivos para a escolha dessa técnica de entrevista deram-se por conta das dificuldades para a realização de um encontro com os jovens que vivem na cidade de Grajaú, tanto pela indisponibilidade de horários, como por medida de segurança contra a pandemia de COVID-19. Vale destacar ainda que as entrevistas realizadas pessoalmente no PA Vera Cruz seguiram as medidas de biossegurança, como distanciamento e uso de máscara sugeridos pelo Ministério da Saúde (2021).

Para a coleta de informações sobre a migração campo-cidade dos jovens, as técnicas utilizadas foram a entrevista semiestruturada e um roteiro de entrevista. Para Boni e Quaresma (2005, p. 75), esse tipo de técnica,

[...]combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal.

Visando assim, identificar os motivos da migração do campo para a cidade ou a sua permanência no campo, assim como destacar as principais perspectivas e obstáculos à juventude rural do PA Vera Cruz. Optou-se, por dividir a entrevista em três partes, na qual cada etapa procurou atender aos objetivos específicos da pesquisa. A primeira abordou as motivações para a permanência no campo; já a segunda, buscou conhecer o destino dos jovens migrantes; e a terceira investigou as perspectivas e os obstáculos para a vida do jovem no campo.

Em virtude da escolha da abordagem qualitativa, que permite uma interpretação aprofundada do fenômeno estudado, e por não conhecer a totalidade da população jovem do PA Vera Cruz, fez-se usou da amostragem não probabilística por conveniência, onde “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 98).

Os materiais utilizados para fazer a **revisão de literatura** consistiram em livros, artigos publicados em periódicos, teses e dissertações; levantamento nas bases do INCRA e na prefeitura do município de Grajaú; e pesquisa de campo, a qual, para Prodanov, Freitas (2013, p. 59), “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los”.

Os dados, conteúdos e informações verbais coletados foram examinados com a intenção de aprofundar-se sobre o referido tema, sendo os dados quantitativos tabulados em forma de planilha no software *Microsoft Office Excel* e, junto com as demais informações, a partir da análise qualitativa, buscando assim estender a visão e compreender os diferentes pontos de vista sobre a migração ou permanência dos jovens rurais do PA Vera Cruz.

3 JUVENTUDE CAMPONESA, TRABALHO E MIGRAÇÃO

Com o objetivo de construir o referencial teórico sobre a temática estudada, a relação campo-cidade, a migração, e a juventude camponesa, divide-se esse capítulo em duas seções. A primeira seção descreve a relação campo-cidade, os tipos de migração e seus principais períodos e fluxos, já a segunda abordou a questão do jovem rural e os anseios, perspectivas e desafios quanto a sua migração ou permanência no campo.

3.1 Relação campo-cidade no contexto da migração

A relação campo-cidade é o objeto central de muitos estudos nas ciências humanas, principalmente na Geografia e Sociologia. Nesses campos do conhecimento, esses estudos procuram abordar as constantes transformações nessa relação entre o campo e a cidade, as quais acontecem, sobretudo, devido ao intenso processo de modernização agrícola que altera os papéis dos espaços urbanos e rurais (MANFIO; MEDEIROS; FORTOURA, 2016).

Para Rosa (2018), a relação campo-cidade é entendida por meio de diversos aspectos desses espaços, como, por exemplo, as formas de trabalho, o modo de vida e a relação com a natureza, que podem ser analisados através das diferenças desses espaços. Por esse motivo, a relação campo-cidade é estudada por vários autores, sobretudo no início do século XX (MANFIO; MEDEIROS; FORTOURA, 2016). Desse modo, faz-se necessário delinear um breve recorte de alguns estudos realizados sobre a relação campo-cidade.

Entre esses estudos, têm-se os trabalhos de Alves, Vale (2013) que são dois autores que abordam a relação campo-cidade por meio de análises do ponto de vista geográfico, em outras palavras, analisam essa relação por meio da dinâmica espacial. Para eles, “a relação campo-cidade na organização e produção do espaço deve ser norteada por segmentos distintos de análise, sejam economicistas, culturalistas, demográficos, ambientais ou sociais” (ALVES; VALE, 2013, p. 39).

Os mesmos autores ainda afirmam que, quando distante das áreas metropolitanas, a relação campo-cidade deixa de sofrer sua influência, o que faz com que o rural defina o ritmo de vida da população rural e urbana. Assim, as

questões culturais e de identidade territorial se conservam sem alterações, independente do nível de desenvolvimento urbano.

Já Hespanhol (2013) analisa a relação campo-cidade com o intuito de fazer uma distinção entre esses dois espaços, o campo e a cidade, assim como as formas que a relação de complementaridade pode assumir na contemporaneidade. De acordo com Hespanhol (2013, p. 110),

A própria revitalização e o maior dinamismo econômico de algumas áreas em virtude da implantação e da consolidação de assentamentos rurais provocaram alterações socioeconômicas significativas nas regiões em que estão inseridos, resultando numa maior articulação entre a cidade e o campo.

Outro autor que trabalha com a relação entre campo- cidade é Durand (2016). Em seu livro sobre a teoria da Exploração Marxista, o autor pontua que,

[...] a cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e necessidade [...] o campo põe em evidência o oposto, o isolamento e a dispersão.(DURAND, 2016, p. 53).

Ainda segundo Durand (2016, p. 53),

pode se entender a separação entre o campo e a cidade como a separação entre o capital e a propriedade fundiária”, isto é, como o abandono de propriedades dependentes do fundiário, dando início a propriedades que têm como base exclusiva o trabalho e a troca.

No que tange a análise da migração entre campo-cidade, destacam-se as produções de autores como Carvalho et al., (2009), Troian, Dalcin e Oliveira (2011), Vieira Neto e Ferreira (2012), Kummer e Colognese (2013), Oliveira (2015), dentre outros, que procuram entender esse movimento migratório em questão, assim como os destinos dos migrantes, seus anseios e as perspectivas quanto à migração ou quanto à permanência no campo. A migração é, portanto, um tema que tem bastante destaque na relação campo-cidade e por ser a proposta desse estudo é necessário compreender quais são as suas causas, seus principais fluxos e períodos.

Em síntese, a migração pode ser entendida como o deslocamento de indivíduos que acontecem de um determinado ponto para outro. Esse movimento populacional acompanha a história da humanidade desde as épocas mais remotas, quando o homem era levado a se deslocar por diversos razões e acontecimentos como a falta de alimentos ou de fenômenos naturais (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011). Cabe ressaltar que existem inúmeras razões que impulsionam a migração, como por exemplo, a colonização, o crescimento econômico e possibilidade de enriquecimento, fatores políticos, culturais e naturais (fuga de

guerras, perseguições religiosas, fenômenos naturais, a exemplo dos furacões, terremotos etc.). Todavia, na maioria das vezes, a migração é justificada como busca por melhoria de vida (KLEIN; MASSUQUETTI; SPRICIGO, 2009).

Os movimentos migratórios podem ser classificados de acordo com o seu tempo de duração ou a direção. Essa classificação e suas características encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipo de migração quanto ao tempo de duração e direção

Classificação	Migração	Caracterização
Tempo de duração	Definitivas	Dizem respeito àqueles lugares em que o imigrante se estabelece de forma permanente, isto é, fixa-se no local de destino.
	Circulares	São aquelas em que o imigrante é atraído pelos avanços tecnológicos presentes em determinadas áreas. O seu enraizamento pode não ocorrer de forma definitiva, e esse imigrante pode retornar à sua terra natal ou procurar um terceiro lugar de destino para morar.
	Temporárias	Este tipo de migração [...] pressupõe a estadia do imigrante apenas por certo tempo no local de destino.
Direção do deslocamento	Externas ou Internacionais	Correspondem a fluxos de população que atravessam fronteiras territoriais e políticas entre nações ou países.
	Internas ou nacionais	[...] ocorrem dentro de um mesmo país. Podem envolver diferentes escalas espaciais: regional, rural-urbana, rural-rural, urbana-urbana.

Fonte: Dantas; Morais; Fernandes, 2011.

A migração é, portanto, um fenômeno que acontece há muito tempo e, no Brasil, especificamente, começou a se desenvolver ainda com o processo de ocupação do território e na formação do Brasil colonial e imperial. Os movimentos migratórios no Brasil nesses períodos aconteciam devido ao ciclo de atividades primário-exportadoras, já que no setor exportador um expressivo número de mão de obra era deixado desocupado e logo eram encaminhados para se dedicar às atividades nas lavouras espalhadas em todo o território, dando início a movimentos migratórios (PATARRA, 2003).

A imigração, que se refere à entrada de indivíduos em um determinado território, foi um movimento migratório do período colonial e imperial que teve grande destaque no território brasileiro. A imigração era principalmente de europeus atraídos para o Brasil pela economia de subsistência e pela importação de escravos, os quais acabaram formando as colônias dos estados do Sul. Com o fim do

comércio escravista, esses imigrantes europeus tornaram-se a principal mão de obra no mercado do café (PATARRA, 2003).

No Brasil colonial, durante as últimas décadas do século XIX, destacavam-se os movimentos migratórios rumo ao estado da Bahia, provenientes dos outros estados nordestinos, devido à cultura do cacau que ali era desenvolvida. Além disso, sobressaíam-se também o cultivo do algodão e a expansão da indústria de fiação e tecelagem no Nordeste, influenciados pela estagnação da economia açucareira, o que levou ao enfraquecimento dos fluxos migratórios para os cafezais, deixando-os com escassez de mão de obra. Isso afetava diretamente a economia de mercado em expansão (PATARRA, 2003).

Das últimas décadas do século XIX até o início do século XX (1890 até 1930), os fluxos mais intensos de migração no Brasil eram de imigrantes, que se direcionaram principalmente para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo atraídos para este último principalmente pelo intenso crescimento da economia cafeeira. Neste período, a expansão das plantações e exportações do café e os fluxos migratórios eram dependentes um do outro, pois a migração era influenciada principalmente pelo mercado cafeeiro, e a principal mão de obra utilizada neste mercado era a dos imigrantes (PATARRA, 2003). A intensificação da migração no país estava, portanto, relacionada diretamente com as atividades econômicas e a partir de então foi se modificando no decorrer do tempo.

Durante o período de 1940 a 1950, no Brasil, teve maior destaque os movimentos migratórios internos. As migrações aconteceram principalmente rumo ao Centro-Oeste, os migrantes eram naturais das regiões Sudeste e Nordeste. Aqueles que eram oriundos do Sudeste procuravam áreas para desenvolver atividades agrícolas, enquanto que os do Nordeste eram atraídos pela descoberta de diamantes e cristal de rocha na bacia hidrográfica do Araguaia (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011).

Outro período de destaque no contexto dos fluxos migratórios no território brasileiro é o que vai dos anos de 1950 a 1960, quando muitos migrantes se direcionaram rumo ao Sudeste, mais precisamente para São Paulo e regiões vizinhas (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011). Nesse período, “as correntes migratórias [...] caracterizavam-se pela convergência para o Sudeste, [...] tendo em vista que a região se encontrava em pleno processo de industrialização [...]” (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011, p. 154).

No período de 1960 a 1970, o fluxo migratório continuava rumo ao Centro-Oeste e também em direção à Amazônia. Os fluxos migratórios neste período, segundo a concepção de Dantas, Morais e Fernandes (2011, p. 156),

[...] Denotaram uma configuração que envolve as diferentes regiões do país, sendo notável a continuação da saída de pessoas do Nordeste para o Sudeste, em função da industrialização, para os estados do Paraná e Mato Grosso, onde buscavam terras para o cultivo agrícola. Houve, ainda, um aumento da migração do Nordeste para a Amazônia e a saída de migrantes do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais com destino a Mato Grosso.

As migrações que aconteceram entre os anos de 1970 a 1990 continuavam rumo à Amazônia, tanto que esse movimento tinha incentivo do Governo Federal, isso com o intuito de povoar a região com a mão de obra que seria necessária pelos projetos do grande capital. Esse movimento foi ainda mais intenso devido à promessa de implantar o Programa POLONOROESTE, em que o trabalhador rural se tornaria proprietário da terra, especialmente nos estados de Mato Grosso e Rondônia (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011).

A partir dos anos de 1990, a migração teve uma redução significativa, isso se percebe com a diminuição do fluxo em direção ao Sudeste e às metrópoles. No entanto, a migração rumo à Amazônia ainda era bastante ativa, devido às atividades econômicas, inclusive os grandes projetos capitalistas agropecuários, de mineração e energia, desenvolvidas na região (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011).

Da década de 1990 até a atualidade, as migrações internas no Brasil passaram a ter características mais reversíveis, que podem estar relacionadas com os locais de origem e de destino dos migrantes, pois se estabelece um vai e vem entre esses locais, ou seja, emprega-se a migração temporária, assim como a de retorno (BAENINGER, 2012). A migração no país modifica-se cada vez mais devido à maneira que as regiões se organizam, como a economia, o social e etc. Para Baeninger (2012, p. 92-93) as transformações das migrações no século XXI deram-se pelas redefinições dos seus polos,

Configurando mais áreas de retenção da migração do que áreas com uma tendência polarizada de longa permanência [...]. Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram efeitos em termos políticos e econômicos.

Assim sendo, nos últimos anos, as migrações internas no Brasil ocorrem com base nos fatores econômicos, determinando assim a direção da migração ou a

permanência no local atual. Dentro desse contexto da migração, destaca-se ainda a rural-urbana ou campo-cidade, tema desta pesquisa. Muitas vezes, esse tipo de migração foi atribuído ao fenômeno do êxodo rural, que é um tipo de “migração interna que assume um caráter definitivo e tem entre suas principais causas a modernização do setor produtivo e mecanização da agricultura” (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011, p. 122).

Em síntese, a migração campo-cidade no Brasil teve grandes proporções de fato a partir do ano de 1970, quando houve um elevado crescimento advindo da modernização e urbanização da sociedade, também intensificado pelo processo de industrialização (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011). Essa modernização no campo impulsionou a migração do campo para a cidade, porque, ao mesmo tempo em que leva ao aumento da produção capitalista neste espaço, diminui os meios de trabalho e expropria o pequeno agricultor, aumentando ainda mais a miséria e a pobreza, e conseqüentemente levando essas pessoas a buscarem outros meios de sobrevivência nos centros urbanos, por meio da migração definitiva do campo (SANTOS, 2009).

No entanto, a modernização do campo não é o único motivo para a migração campo-cidade. Esse fenômeno vai muito além, pois contempla também, por exemplo, melhores perspectivas de estudo, que afeta principalmente os jovens, bem como um conjunto de “acessos” a outros produtos e serviços, em que a renda se destaca (KUMMER; COLOGNESE, 2013). Deste modo, a migração campo-cidade tornou-se um aspecto cultural para o Brasil, bem como os demais tipos de migração.

O tema da migração rural-urbana é bastante marcante na cultura brasileira. Há todo um imaginário constituído por imagens, romances, filmes e canções. A figura central que sintetiza todas essas manifestações presentes em obras como *Vidas secas* de Graciliano Ramos ou no cancionário de Luiz Gonzaga e o retirante nordestino (OLIVEIRA JR; PRADO, 2013, p. 59).

A migração está enraizada no desenvolvimento do país, pois a mesma é um movimento que influencia a organização das regiões, como também é um marco cultural, sendo retratado em músicas, poemas, livros e cordéis. A música sertaneja, por exemplo, traz inúmeras letras que retratam a vida do homem do campo e o ambiente rural, e também aborda temas como a migração campo-cidade. Um exemplo é a música “Meu reino encantado”, composição de Vicente Machado e Vanderley Reis, e bastante conhecida pela interpretação do cantor sertanejo Daniel. Nesta letra fica bem explícita a dinâmica migratória dos camponeses para as

idades, e descreve como era o local de onde partiram e os motivos que influenciaram tal decisão,

Eu nasci num recanto feliz bem distante da povoação;
 Foi ali que vivi muitos anos
 [...] Nossa casa era uma casa grande
 [...] Um cercado para guardar bezerro e ao lado um grande mangueirão
 [...] Nosso sitio que era pequeno, pelas grandes fazendas cercado;
 Precisamos vender a propriedade para um grande criador de gado;
 E partimos pra a cidade grande
 [...] a lavoura virou colônia e acabou-se meu reino encantado
 (MACHADO; REIS, 2000).

Nesse trecho da música é possível identificar o motivo que os levou a migrar, que era a falta de espaço para os pequenos produtores. Acerca desta problemática, Vieira Neto, Ferreira (2012) destacam que essa é uma realidade muito comum no meio rural, já que com a inserção da agricultura moderna a mão de obra necessária é pouca, pois as máquinas fazem o trabalho do homem na produção, e os produtores que não têm condições de se adequarem a essa nova realidade e precisam procurar novas formas de vida e trabalho, ou seja, só lhes resta migrar do campo para os centros urbanos.

A canção “Asa Branca” de Luiz Gonzaga, conhecida como o hino do Nordeste brasileiro, é outra canção que retrata bem a migração, como pode ser visto no seguinte trecho:

[...] Que braseiro, que fornalha / Nem um pé de plantação / Por falta d'água perdi meu gado / Morreu de sede meu alazão / [...] Entonce eu disse, adeus Rosinha / Guarda contigo meu coração / Hoje longe, muitas léguas / Numa triste solidão / Espero a chuva cair de novo / Pra mim voltar pro meu sertão [...] (GONZAGA, 1947).

Aqui pode-se identificar dois tipos de migração, a migração campo-cidade, a qual ocorreu devido às condições climáticas da região nordestina, tanto que o autor fala que pela falta de água perdeu o seu gado e não existe mais plantação. O outro tipo de migração que pode ser identificado na canção é a migração temporária, que fica claro quando ele diz que só espera chover novamente no seu sertão, local de origem, para que possa retornar. Além das canções, a poesia é outro marco cultural onde se podem encontrar obras que abordam o tema migração. Um exemplo é “A triste partida” do poeta repentista Patativa do Assaré, como pode ser visto nesses versos:

Em um caminhão / Ele joga a famia / Chegou o triste dia / Já vai viajar / Meu Deus, meu Deus / A seca terrível / Que tudo devora / Lhe bota pra fora / Da

terra natá [...] O carro já corre / no topo da serra / Oiando pra terra [...] Partindo de pena / De longe acena / Adeus meu lugar [...] (ASSARÉ, 1978).

Essa poesia, assim como a música “Asa Branca”, retrata a dura realidade do povo do sertão nordestino que tanto sofreu/sofre com a seca, não tendo outra opção a não ser migrar. Parte rumo à cidade grande com toda a sua família, mesmo que sem nenhuma garantia de melhoria (OLIVEIRA JR; PRADO, 2013).

A migração enseja, portanto, um movimento que gera um impacto enorme na vida do migrante, mudando seu modo de vida e até mesmo de suas famílias, podendo propor melhoria de vida ou levar a condições ainda mais precárias do que antes da migração. Além de se fazer presente em todas as regiões, podendo ser muitos de nós descendentes ou que fazem parte desses grupos de pessoas que se direcionaram rumo às cidades ou às diferentes regiões do país em busca de melhores condições de vida e trabalho (OLIVEIRA JR; PRADO, 2013).

3.2 Mundo rural e migração de jovens: anseios, perspectivas e desafios

Para iniciar a discussão sobre os jovens rurais faz-se necessária uma tentativa de definição sobre os termos do debate: juventude e juventude rural. Para Batista (2009), a categoria juventude pode ser entendida como um período de amadurecimento psicológico, biológico e social, como também alterações de atitudes em relação à proteção familiar, busca de autonomia etc. Castro (2005, p. 18) ressalta que:

O debate sobre a categoria “juventude” torna-se central na medida em que as muitas concepções que se entrecruzam definem olhares e mesmo a atuação do poder público. Mas, trata-se também de uma categoria que permite aprofundarmos o próprio fazer antropológico. Permeada de definições genéricas, associada a problemas e expectativas, a categoria tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens”.

A respeito da juventude rural, Troian, Breitenbach (2018, p. 795) afirmam que o jovem rural “é um aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho na unidade familiar”. Já para Kummer, Colognese (2013, p. 209) o jovem rural é aquele que:

[...] não apenas que reside no meio rural, mas que o vivencia, que participa da unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente

definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, vinculado a uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem. Não é, ou está imobilizado nesta condição, não é refém de um espaço ou situação, é um articulador de práticas de vida como qualquer outro, embora mantenha as suas especificidades identitárias que carregam as particularidades de seu modo de vida.

No entanto, para Oliveira (2015, p. 42), “não existe uma distinção entre o jovem rural e o jovem urbano, mas condições diferenciadas de inserção, a partir da classe social a qual está inserido e se identifica, seja campo ou cidade”. Todavia, a juventude rural começou a ser vista como uma categoria social específica e passou a ser usada como objeto de estudo quando surgiu a preocupação da saída dos jovens do meio rural (OLIVEIRA, 2015). Nesse contexto, ao levantar a discussão a respeito de juventude rural, surgem dois dilemas bastante relevantes – sair ou permanecer no campo –, uma vez que muitos jovens rurais migram do campo em direção à cidade, procurando melhorar de vida, mas existem também aqueles que preferem permanecer no campo.

Essa perspectiva, corrobora com os apontamentos descritos anteriormente de que existem vários motivos que levam o jovem a migrar do campo, como a falta de acesso a serviços de bens de consumo e a necessidade de estratégias de desenvolvimento rural por meio de políticas públicas que fortaleçam essas áreas e garantam a permanência dos jovens no campo (TROIAN; DALCIN; OLIVEIRA, 2011). A falta de políticas públicas voltadas para o campo, principalmente o acesso à educação e saúde, assim também como a ausência de atividades voltadas para o lazer nessas áreas, tem despertado cada vez mais o desejo dos jovens camponeses de partirem rumo aos centros urbanos (CARVALHO *et al.*, 2009).

Essa dinâmica de saída dos jovens do meio rural acaba trazendo dificuldades na reprodução social da agricultura familiar e ao desenvolvimento do campo como um todo (OLIVEIRA, 2015). Devido a esse movimento migratório do campo em direção aos centros urbanos, o mesmo acaba perdendo mão de obra, o que leva à diminuição de seu desenvolvimento. A escolarização é outro fator que afeta a reprodução das atividades do campo, já que direciona os jovens rurais a um espaço voltado ao meio urbano e às atividades e perspectivas do cotidiano urbano (KUMMER; COLOGNESE, 2013). Assim sendo, a educação do jovem camponês não corresponde com a sua realidade, o que acaba induzindo-o a deixar o campo e procurar outras perspectivas de vida no meio urbano.

Essa saída do jovem do campo para a cidade é um resultado não apenas da urbanização da sociedade, mas de um conjunto de fatos. Valadares *et al.*, (2016, p. 60) apontam que,

[...] este deslocamento não pode ser interpretado como algo inexorável [...] parte significativa do êxodo rural não é intrínseca ao processo de urbanização, mas explicada pelo histórico de ausência do Estado no campo, pela dificuldade de acesso aos serviços e às políticas públicas, e principalmente pela dificuldade de acesso à terra e à renda – questões diretamente associadas à estrutura fundiária dominante no país.

Muitas vezes, o jovem não tem em si a vontade de migrar, mas a falta de oportunidades, como, por exemplo, a escassez de trabalhos não agrícolas, induz o jovem a ir em busca de novas oportunidades no meio urbano. O que também pode ser justificado, pela falta de acesso à terra ou incentivos para nela produzir e viver. Wesz Junior *et al.*, (2006, p. 3) ressaltam que:

É provável que no campo, tanto jovens como pessoas de outras faixas etárias, não venham encontrando um ambiente propício para a construção compensatória de sua cidadania, bem como de condições de vida capazes de promover a sua suficiência econômica.

Os pontos até aqui elencados direcionam ainda mais para a ideia de que a migração da juventude rural está atrelada à falta de oportunidades presentes no meio rural. Drebes, Oliveira (2017) pontuam que outro ponto que pesa na decisão do jovem de migrar do campo é que quase sempre ele é dependente dos seus pais, como, por exemplo, a dependência da terra que pertence aos pais, logo a sua migração atua então como uma ponte rumo à construção de sua autonomia, já que antes de tal ação os mesmos são vistos somente como rapazes ou moças e depois passam a serem vistos como homens ou mulheres. Acerca destas problemáticas, Carvalho *et al.*, (2009, p. 4) ponderam que,

Com as dificuldades que os jovens encontram no acesso à terra há um desestímulo para a continuidade da vida no campo, pois existe uma ansiedade em busca da independência financeira através do trabalho remunerado o que, na maioria dos casos, não acontece quando ele trabalha na propriedade com seus pais.

São muitos os pontos tratados que colaboram para a saída do campo, no entanto, existem também os que contribuem para a permanência, mas os quais quase não são citados. Sobre essa questão, Valadares *et al.*, (2016, p. 61) dizem que,

Aparentemente, são dois lados de uma mesma moeda. É importante enfatizar, entretanto, que o foco em um lado ou noutro nos possibilita

enxergar questões distintas. A ênfase no movimento de saída do campo contribuiu historicamente para a invisibilidade daqueles que ficam, tanto do ponto de vista social como político. Esta invisibilidade, por sua vez, repercutiu decisivamente, por exemplo, na definição de investimentos e políticas públicas. Trata-se, portanto, de um círculo vicioso que desterrou e ainda desterra jovens rurais de suas raízes.

Logo, essa dinâmica, tanto de saída como permanência no campo, pode ser entendida como uma conduta intencional. De acordo com Oliveira (2015, p. 67),

[...] justifica-se a escolha de pensar o fenômeno da “permanência”, partindo da ideia que antes de tudo a escolha de ficar apresenta estreita relação com as situações socialmente delimitadas, podendo ser considerada, portanto, como um comportamento tático, definido, medido e organizado, decorrente de conflitos sociais, ideológicos e identitários.

A permanência dos jovens no campo pode estar relacionada com o fato de os mesmos não estarem dispostos a correrem o risco de um futuro incerto na cidade, por isso, escolhem a estabilidade que possuem junto de suas famílias no meio rural. Sob esse prisma, permanecer no campo é algo que também pode estar ligado à individualidade de cada jovem, isto é, às perspectivas que esse jovem tem para si próprio, pois pode ser que o mesmo esteja satisfeito com o caminhar de sua vida no campo e não tenha o desejo de deixar o meio rural (OLIVEIRA; MENDES; VASCONCELOS, 2021).

Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021) destacam ainda dois fatores que influenciam na permanência do jovem no campo: o primeiro é a possibilidade de “a família toda trabalhando junto”, ou seja, a tomada de decisões e tudo o que envolve o desenvolvimento da propriedade é decidido em conjunto, pais e filhos; o segundo é a melhoria das condições de trabalho, o que é possível por meio de financiamentos rurais, o que possibilita, por exemplo, a aquisição de maquinários que deixam o trabalho mais ágil e maneira de ser realizado.

Coelho (2013) pontua também que a escolha de permanecer pode ser justificada pela maneira que o jovem se sente em relação ao campo, isto é, sente que é naturalmente parte daquele espaço e que pertence a ele. Dessa forma, a decisão de permanecer no campo não é feita somente por futuramente poder assumir a propriedade familiar, mas sim, pelo forte sentimento pelas relações estabelecidas por toda sua vida, tanto socialmente como com o ambiente, ou seja, essa decisão de ficar é tomada por sentir que pertence ao campo.

De acordo com Oliveira (2015, p. 69), essa permanência dos jovens no campo,

[...] pode estar vinculada a dois elementos: o primeiro é a diminuição da atração exercida pelo espaço urbano nos jovens, e o segundo elemento é a visão de que a permanência nas atividades rurais é considerada condição significativa no alcance de projetos de vida melhor.

Muitos jovens preferem permanecer no campo porque almejam estabelecer projetos de futuro no campo, mas para isso são instigados a batalharem por condições que garantam sua permanência no campo e pelos direitos básicos de cidadãos (VALADARES *et al.*, 2016). Isso significa que a questão da migração ou permanência dos jovens rurais deve ser analisada com atenção, pois os motivos que levam a essa decisão são bastante distintos, e vão desde anseios pessoais aos fatores econômicos.

Segundo Woortman (1990), a migração dos jovens rurais é vista como um rito de passagem para a vida adulta. Nesse sentido, os jovens rurais de todas as classes sociais antes de passarem para a vida adulta devem conhecer o mundo, isto é, migrar, para que possam trabalhar e conseguir meios de se estabelecer como adulto. Esses jovens podem migrar de forma temporária ou permanente, mas em sua maioria são apenas temporárias, já que acabam retornando para se estabelecerem em suas vidas camponesas e até mesmo se casarem, o que contribui para esse processo ser conhecido como migração pré-matrimonial (WOORTMAN, 1990).

Desta maneira, a migração além de uma dinâmica populacional acaba se tornando uma característica cultural, pois muitas famílias já estão acostumadas a realizar esse processo e, ainda que aparentemente não seja necessário, acabam o realizando. Por isso mesmo apenas alguns integrantes da família realizam esse processo, como o pai, um filho, entre outros (WOORTMAN, 1990). A migração, portanto, encontra-se enraizada nas dinâmicas populacionais e culturais da formação e desenvolvimento das regiões do país.

4 MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE NO MARANHÃO: a juventude rural do PA Vera Cruz (Grajaú - MA) entre migrar ou permanecer no campo

No Maranhão, assim como em todo o Brasil, a migração foi um aspecto bastante importante para a sua formação socioespacial, o que pode ser identificado durante o processo de ocupação do seu território. A migração é identificada

principalmente no processo conhecido como frentes de expansão, que era uma forma de ocupação do território maranhense, como por exemplo, a corrente de vaqueiros vindos do estado da Bahia e que ocuparam a região que atualmente corresponde a Pastos Bons (CABRAL, 1992).

Posteriormente, com o início das migrações de maranhenses para os estados de Mato Grosso e Goiás, a região sul do estado também passou a receber fluxos de migrantes vindos do sul do país, que se estabeleceram inicialmente na região do município de Balsas e dedicaram-se ao cultivo do arroz e, mais tarde, ao da soja, sendo este último o mais produzido atualmente (ROCHA, 2015). O processo de ocupação, as frentes de expansão e conseqüentemente os fluxos migratórios de entrada e saída que o estado maranhense recebeu, foi, portanto, extremamente importante para a formação e desenvolvimento do estado.

A migração no Maranhão, assim como em toda a região nordestina, foi um movimento bastante intenso, no qual os migrantes se direcionaram para diferentes regiões do país. A migração em sua maioria acontecia em busca de trabalho, como são os casos dos jovens maranhenses que se direcionavam rumo aos canaviais paulistas, que ao irem à busca de uma fonte de renda longe de sua terra deixavam para trás família e amigos, isto é, deixavam parte de si mesmos, de tudo aquilo que influenciou a formação de sua identidade (GALIANO; VETTORASSI; NAVARRO, 2012). O que também acontecia com os maranhenses que iam rumo ao Goiás, Amazonas, Pará, etc. (DANTAS; MORAIS; FERNANDES, 2011).

Os fluxos migratórios rumo ao Amazonas aconteciam de forma permanente e com destino à capital do estado, Manaus e a sua Zona Franca, cujo setor industrial foi resultado da Política de Integração Nacional e criada com o intuito de ocupar a região ocidental da Amazônia, que foi abandonada com o declínio do ciclo da borracha (SILVA; ARAÚJO, 2017). A partir da década de 1990, com a chegada da mineradora Vale S.A. no estado do Pará, os destinos dos maranhenses passaram a ser para Marabá e Parauapebas, buscando trabalho nos projetos de mineração sediados nesses municípios, como, por exemplo, o Programa Grande Carajás (PGC), responsável por tornar Parauapebas o principal polo atrativo de migrantes na região (DE SOUZA; EID, 2013).

Na década de 1960, o fluxo de maranhenses com direção ao Pará, Amapá, Roraima e Rondônia era bastante intenso devido aos garimpos existentes na região, no entanto, as áreas garimpeiras foram fechadas e os garimpeiros expulsos, outras

áreas esgotaram sua produção e ficaram improdutivas, fazendo com que os migrantes retornassem para suas regiões de origem. Apesar disso, recentemente, especificamente a partir de 2018, houve um aumento significativo nos movimentos migratórios direcionados a esses estados da Região Norte, já que as ações de combate a garimpos ilegais deixaram de serem executadas com vigor, deste modo, a migração novamente foi estimulada pela pouca fiscalização e possibilidade de trabalhos em garimpos (HAZEU; GONÇALVES, 2017).

Mais recentemente, um destino que ganhou destaque junto aos migrantes maranhenses foi Santa Catarina, principalmente pela busca de trabalho no comércio e serviços, em cidades como Joinville, Florianópolis e Blumenau, que recebem imigrantes devido ao seu desenvolvimento industrial, pois a região abriga importantes parques industriais (GOULARTI, 2015). Existe também um intenso fluxo de maranhenses com destino a Mato Grosso, devido às diversas atividades desenvolvidas pelo agronegócio na região.

Ainda no final do século XX aconteciam no Maranhão, assim como em todo o Brasil, uma forte migração rural-urbana, em consequência das mudanças econômicas do país (LAGO, 2020). Por isso, faz-se necessário analisar a evolução da população rural-urbana do estado e do município de Grajaú, local da pesquisa, entre os anos de 1991 a 2021, conforme mostra o quadro 2:

Quadro 2 – Evolução da população rural e urbana do estado do Maranhão e de Grajaú-MA

Ano	Maranhão					Grajaú				
	Pop. Total	Pop. Rural	(%)	Pop. Urbana	(%)	Pop. Total	Pop. Rural	(%)	Pop. Urbana	(%)
1991	4.930.253	2.957.832	60	1.972.421	40	54.403	36.270	66,7	18.133	33,3
2000	5.651.475	2.287.405	40,5	3.364.070	59,5	47.155	20.644	43,8	26.511	56,2
2010	6.574.789	2.427.640	36,9	4.147.149	63,1	62.093	25.052	40,3	37.041	59,7
2021	7.153.262	-	-	-	-	70.692	-	-	-	-

Fonte: IBGE (Censos demográficos, 1991, 2000, 2010); *IBGE (Estimativas populacionais, 2021).

Considerando o período de 1991 a 2010, pode-se constatar que a população rural do estado do Maranhão, bem como do município de Grajaú, diminuiu expressivamente. Em contrapartida, a população urbana aumentou continuamente,

como pode ser visto detalhadamente no quadro acima. Em Grajaú, observou-se que durante a década de 1990 a população rural correspondia a 66,7%, enquanto que a urbana era de 33,3%, a partir de então esse número começou a inverter, quer dizer, a população urbana passou a aumentar e a rural a diminuir. Isso porque a migração da população do campo ocorreu predominantemente rumo às cidades ou em espaços considerados urbanos, como pode ser visto nos dados apresentados no quadro anterior.

No ano de 2000, a população urbana de Grajaú já chegava a 56,2% enquanto que a rural diminuiu para aproximadamente 43,8%, um reflexo do êxodo rural, sobretudo em consequência da modernização dos espaços rurais com a agropecuária. No que concerne à agricultura familiar, foi desse segmento que houve muitos processos migratórios. É importante frisar que essa dinâmica não ocorreu apenas em Grajaú ou no estado do Maranhão, mas, é fruto de um processo mais amplo, com diferentes intensidades e feições, que acontece/aconteceu em todo o país (ZAGO, 2016).

Além disso, a migração do campo não teve como destino apenas a cidade de Grajaú, pois, como pode ser visto no quadro acima, a população total do município teve uma queda, já que em 1991 a população total era de 54.403 habitantes e, em 2000, reduziu para 47.155, evidenciando que, apesar de a população ter deixado o campo, os mesmos não se direcionaram especificamente para a área urbana de Grajaú, mas sim, para outros municípios e estados. Este fato aconteceu com os jovens do PA Vera Cruz entrevistados, que migraram do campo não apenas para a cidade de Grajaú, como também para outros municípios e estados, como poderá ser observado adiante, ao serem analisados os destinos desses jovens.

Ainda sobre o quadro 2, os dados do Censo de 2010 apontam que os números populacionais de Grajaú continuaram seguindo o ritmo dos anos anteriores, ou seja, a população urbana crescendo e a rural diminuindo, sendo que, dos 62.093 habitantes do município, 59,7% vivem no meio urbano e 40,3% estão em espaços considerados rurais.

4.1 O Projeto de Assentamento Vera Cruz

O assentamento¹ Vera Cruz está localizado no município de Grajaú, porção centro-sul do estado do Maranhão, a cerca de 35 km da sede urbana, situado entre os assentamentos Imburuçu, São Félix e Bebedouro. Implantado em 2001, na última atualização de 2012 do INCRA possuía 109 beneficiários assentados. Apesar de ter sido implantado apenas em 2001, a luta pela terra começou ainda na década de 1990. Neste período, o povo foi instruído a entrar para a terra e, em seguida, retirado; mas, somente após manifestações na sede do INCRA em São Luís é que puderam ficar de vez no local (Informação verbal, Presidente da Associação do PA Vera Cruz, 2021).

Atualmente, residem no assentamento não apenas os beneficiários da terra, mas outros moradores que realizaram a compra de terra ou lote de casa e se estabeleceram no local.

Em relação à produção do assentamento, o mesmo sempre esteve ligado à criação de gado como principal atividade econômica, pois, para eles, era bem mais viável que a agricultura. Mas, hoje, o que predomina na renda das famílias do assentamento é o bolsa família (atual Auxílio Brasil) e a aposentadoria, isto é, a renda de muitos depende de programas do governo e previdência social (SANTOS FILHO, PENHA, 2015).

Atualmente, existe no PA Vera Cruz, uma UBS (Unidade Básica de Saúde), que além de atender à população do assentamento, também é responsável pelo atendimento de outros povoados e assentamentos da região. O assentamento possui também uma escola municipal, que atende desde a pré-escola até o ensino fundamental maior (anos finais) e EJA (Ensino de Jovens e Adultos), além de ceder espaço para um anexo estadual que oferta o ensino médio noturno. A demanda de estudantes da escola provém do assentamento e regiões vizinhas; a escola recebe aproximadamente 224 alunos no ensino fundamental, nos horários da manhã e tarde e 87 do ensino médio no período da noite (Informação verbal, Escola Municipal Pastor José Pires e Anexo Antônio Francisco dos Reis, 2021).

4.2 Os participantes da pesquisa

¹ “[...] os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

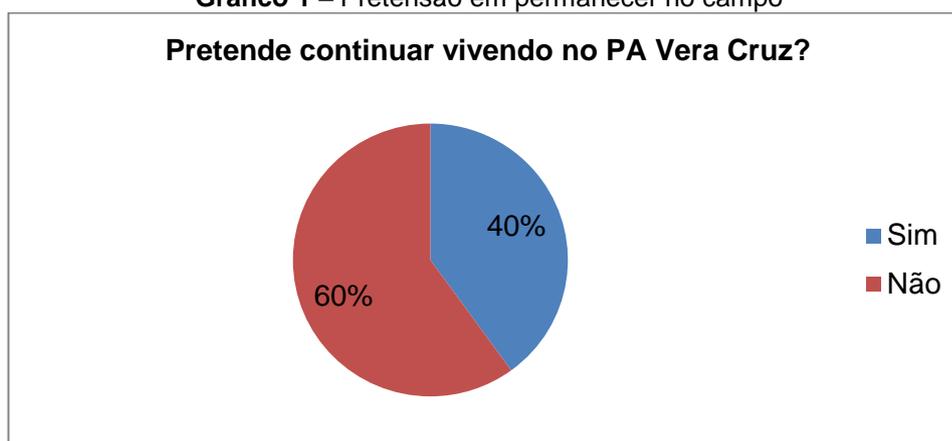
Os participantes da pesquisa correspondem a vinte jovens com idades entre quinze e vinte e quatro anos, dez que vivem no PA Vera Cruz e dez que migraram do local. Destes jovens, um cursa o oitavo ano do ensino fundamental, cinco estão concluindo o ensino médio, sete concluíram apenas o ensino médio, três estão fazendo ensino superior, e quatro fizeram/fazem curso técnico/profissionalizante. Dos vinte entrevistados, três são casados ou estão em união estável, e dezessete são solteiros, nenhum dos entrevistados tem filhos. Dez são do sexo masculino e dez feminino.

4.3 Motivações para a permanência no campo ou migração dos jovens do PA Vera Cruz

Para compreender os motivos que mantêm ou não os jovens no campo, a entrevista teve início com uma pergunta que buscava entender se os jovens que estão no PA Vera Cruz atualmente já moraram em outro local, ou seja, se já migraram. Desta forma, identificou-se que 50% deles que residem no assentamento já moraram em outro local e 50% nunca saíram do mesmo.

A partir desses dados, foi necessário entender quais foram os motivos que os levaram tanto a sair como retornar para o projeto de assentamento. Para três dos jovens que já saíram, o motivo para o retorno foi por gostar mais de viver no assentamento rural e não ter gostado do local de destino ou não ter se adaptado; outro jovem afirmou que retornou deu-se pelo fato da família ter residência própria (ele só tinha saído, porque a família na época trabalhava em fazendas da região, em atividades como caseiros ou vaqueiros); outro jovem afirmou que morava em um município vizinho e migrou para o PA após a família adquirir uma propriedade no local.

Em seguida, os jovens foram questionados sobre a sua pretensão de permanecer vivendo ou não no campo. As respostas deles encontram-se no gráfico 1:

Gráfico 1 – Pretensão em permanecer no campo

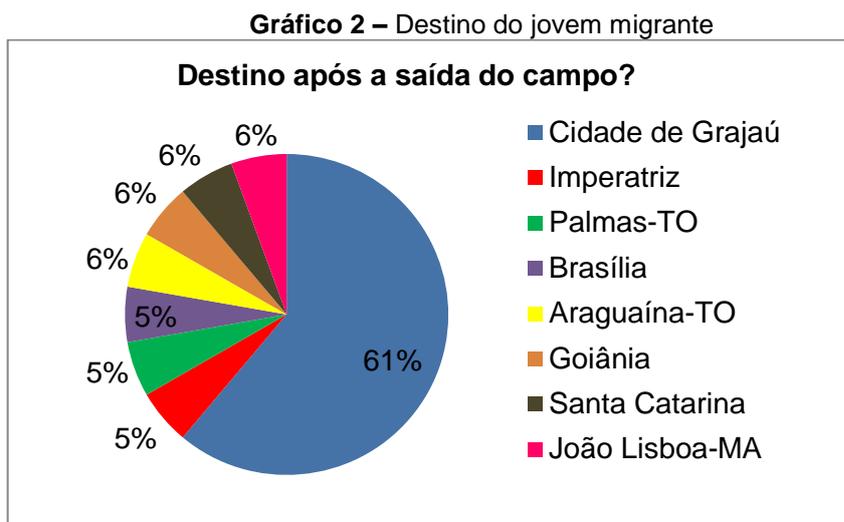
Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Como pode ser visto no gráfico 1, 60% dos jovens não pretendem continuar vivendo no campo, mesmo aqueles que já saíram e retornaram para o PA, enquanto que 40% querem permanecer. Os jovens que desejam permanecer no campo destacaram alguns motivos para essa decisão, como ser habituado ao lugar de vida, pela tranquilidade do campo e por possivelmente ter a oportunidade de conseguir trabalho no próprio assentamento. Já os que desejam sair destacaram como motivos a busca por trabalho que não seja ligado à roça, estudo, melhoria das condições financeiras e um ambiente melhor para morar, pois não gostam de viver no campo.

Os dados levantados sobre a decisão de sair ou permanecer, de ter morado ou não em outro local além do PA Vera Cruz, condiz com o que Paula (2018) interpreta como uma dualidade na qual os jovens vivem quando precisam tomar a decisão entre ficar ou sair do campo. Essa dualidade surge quando ao mesmo tempo em que desperta no jovem o desejo de buscar novas perspectivas, como trabalho e estudo, também persiste nele o desejo de permanecer em seu local de origem. Isso se justifica pelo entendimento que o jovem tem que ali possui estabilidade, é onde estão seus familiares e amigos, além da tranquilidade que é atribuída ao campo, ao contrário da cidade, reconhecida principalmente pela correria do dia a dia.

4.4O destino dos jovens migrantes

Outro ponto buscado nas entrevistas foi identificar tanto o destino dos jovens que desejam sair do campo como dos que já fizeram esse processo migratório e se encontram atualmente fora do PA, conforme pode-se verificar no gráfico 2:



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Os destinos dos jovens do PA são bem diversificados, o que evidencia migrações do tipo intramunicipal (com deslocamento rural-urbano), intermunicipais, interestaduais e inter-regionais. Pode-se perceber que os jovens estão dispersos em diferentes regiões do país, como na região Norte (nos municípios de Palmas e Araguaína no estado do Tocantins); região Centro-Oeste (para Goiânia e Brasília); Região Sul (para Santa Catarina); assim também como para destinos dentro do próprio estado do Maranhão, a exemplo das cidades de Grajaú, Imperatriz e João Lisboa.

Para facilitar a visualização do destino dos jovens do assentamento, fez-se um mapa dos fluxos migratórios, consoante mostra a figura 2:

Figura 2 – Mapa dos fluxos migratórios da juventude rural do PA Vera Cruz – Grajaú - MA



Essa saída dos jovens do campo é algo que pode ser relacionado com o advento das tecnologias, principalmente as da comunicação e informação, que permitem o acesso e o consumo material e cultural e as interações sociais, que vem até mesmo a alterar sua identidade, já que tanto seu cotidiano como sua formação é afetado por tais tecnologias. Além de que os avanços das tecnologias, muitas vezes, promovem e disseminam valores e mensagens negativas sobre a vida no campo e o trabalho desenvolvido nesse espaço, o que faz com que eles queiram abandonar o rural (DEBRES, OLIVEIRA, 2018).

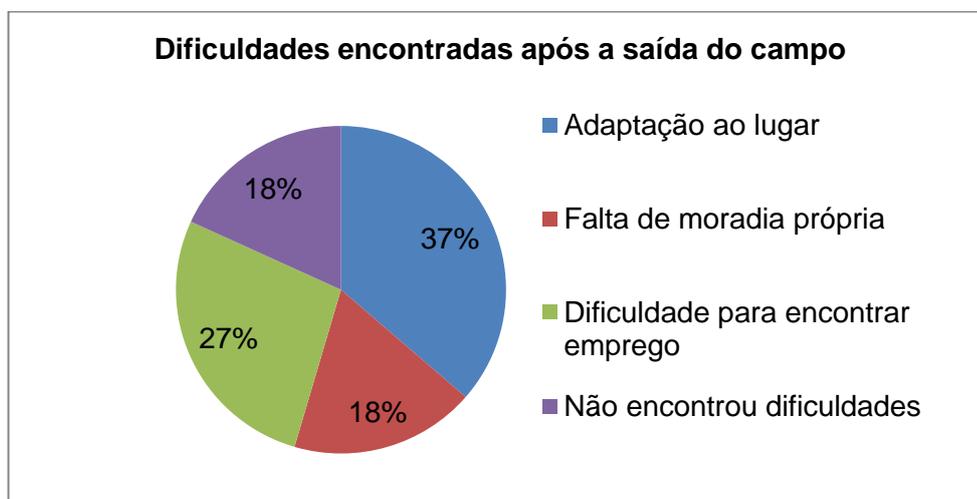
Apesar das novas tecnologias influenciarem os jovens para a saída do campo, existem outros aspectos que colaboram para essa decisão, que constituem-se como fatores atrativo dos jovens do assentamento Vera Cruz para o espaço urbano, como se pode constatar nos dados a seguir do gráfico 3:

Gráfico 3 – Fatores atrativos para o destino do jovem migrante do PA Vera Cruz

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A partir do gráfico 2, percebeu-se que os principais atrativos para esses destinos foram o trabalho (53%) e o estudo (42%). Essas informações reforçam os relatos dos jovens sobre não ter oportunidades de trabalho no campo, a não ser o trabalho pesado na roça, o qual eles não desejam fazer, além das dificuldades para ter acesso aos estudos, pois ao terminarem o ensino médio não tem como dar continuidade aos estudos (ensino superior, técnico-profissionalizante, etc.) vivendo no campo.

Apesar de buscarem melhores condições de vida em um primeiro momento muitos desses jovens se deparam com algumas dificuldades ao chegarem a seus destinos, conforme elencadas no gráfico 4:

Gráfico 4 – Dificuldades após a migração

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

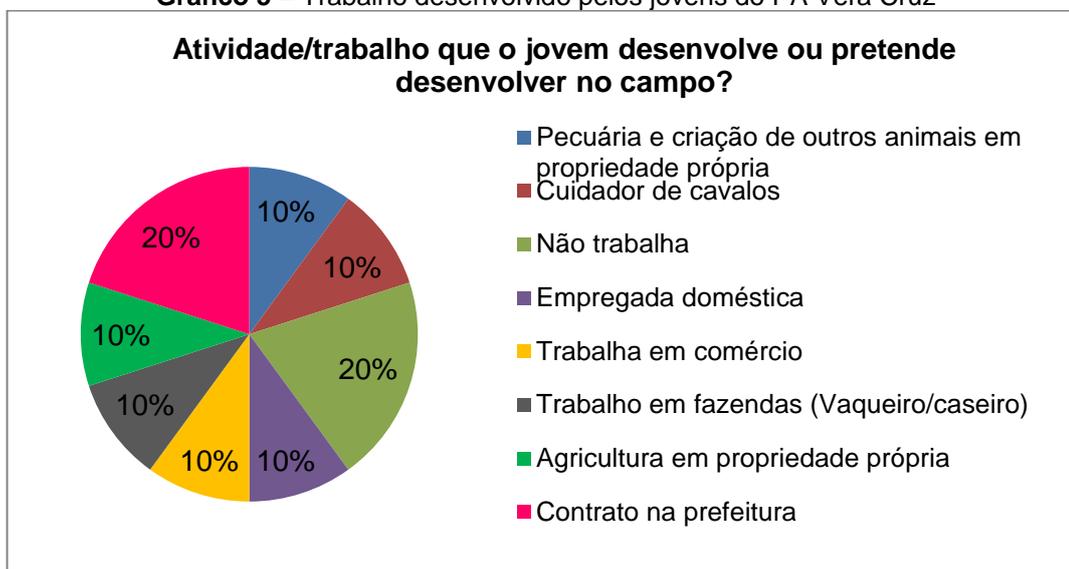
As principais dificuldades encontradas pelos jovens migrantes do PA Vera Cruz foram à adaptação ao novo lugar de moradia (37%), dificuldade para encontrar emprego (27%) e a falta de moradia própria (18%). Percebeu-se que, 88% dos jovens já conheciam o destino escolhido, por já ter visitado antes ou por ter parentes e amigos nesses locais de destino, enquanto que os 12% foram sem ter tido nenhum contato antes.

A partir dos dados anteriores, pode perceber-se que os jovens migrantes, vão sendo impulsionados a deixarem o campo por não conseguirem alcançar aspectos essenciais para o desenvolvimento de sua vida, como por exemplo, estudo e trabalho (pontos destacados pelos entrevistados). Assim, essas pessoas vão deixando de viver em seus locais de origem na procura de melhores expectativas para a sua vida e de sua família, mesmo que essa saída não seja uma garantia de tal melhoria, um claro resultado do capital, que impulsiona diversas pessoas a se dirigirem para diferentes rumos em busca de um “algo melhor” que não conseguem alcançar em seus lugares de origem, especificamente no campo (HARTWIG, 2012).

4.5 Perspectivas e obstáculos dos jovens do PA Vera Cruz

É importante também entender as perspectivas dos jovens do PA Vera Cruz, bem como os obstáculos em relação a sua vivência no campo ou fora dele. De acordo com as entrevistas, os jovens que vivem no campo desenvolvem diversas atividades (gráfico 5).

Gráfico 5 – Trabalho desenvolvido pelos jovens do PA Vera Cruz



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Os resultados das entrevistas com os jovens do PA Vera Cruz apontam que apenas 40% dos que vivem no campo desenvolvem atividades ligadas ao modo de vida tradicional desse espaço, como pecuária e criação de animais, trabalhos em fazendas e agricultura; enquanto que 40% desenvolvem atividades ligadas aos afazeres doméstico, em comércio ou que trabalham mediante contrato firmado com a prefeitura; e 20% relataram que não trabalham. Esses são dados podem ser justificados pela falta de acesso à terra, já que nem todas as famílias possuem um lote de terra para trabalhar no PA, apenas o lote da casa no núcleo do povoado, ou pelo desinteresse dos jovens com as atividades rurais.

A partir dos resultados, foi possível notar que, apesar de serem jovens que vivem no campo, apenas 40% desenvolvem atividades que são diretamente ligadas a esse espaço. Um ponto que enfatiza os problemas que existem atualmente nos espaços rurais, como a dificuldade cada vez maior de acesso à terra disponível para o trabalho e a mecanização que faz com que a mão de obra necessária para as atividades seja muito menor, o que acaba gerando outra problemática, que é a expropriação dos indivíduos do campo, agudizada pela falta de trabalho e acesso a terra.

Esses empecilhos corroboram para que os jovens saiam em busca de novas oportunidades profissionais, além de que quase sempre o campo é desvalorizado, isto é, visto como um lugar apenas de quem não estudou ou conseguiu um meio de vida melhor. Além disso, ressalta-se o estigma de um espaço precarizado, por ser frequentemente esquecido pelo poder público e pelas políticas públicas, com a falta de serviços essenciais para a população, como saúde, educação e segurança (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

Os dados anteriores evidenciaram que muitos jovens estão deixando o campo, assim sendo, questionou-se a respeito do que falta para que eles possam continuar vivendo naquele ambiente. Dos jovens participantes da pesquisa, 80% alegaram que um dos principais motivos para não continuarem vivendo no campo é a falta de emprego e estudo após o ensino médio; 10% dos jovens acham que não tem algo tão importante que precise mudar e até mesmo por isso não desejam sair do campo; 5% dos jovens acham que não precisa mudar nada, mesmo muitos tendo deixado o campo; e mais 5% dos jovens afirmaram que seus motivos são a falta de infraestrutura (saneamento, por exemplo) e as poucas oportunidades para a juventude existentes no campo.

Em síntese, as ausências destacadas pela maioria dos jovens entrevistados corroboram com os estudos de autores (CASTRO, 2005; FERRARI, 2004; COELHO, 2013; KUMMER; COLOGNESE, 2013; OLIVEIRA, 2015; DREBES; OLIVEIRA, 2017) que embasam esta pesquisa, que envolvem as constantes queixas sobre a falta de oportunidades no campo para trabalho, estudo e lazer, principalmente para a sua faixa etária.

Os entrevistados foram questionados sobre o que menos gostavam na vida rural/camponesa, 30% dos jovens responderam que não tem algo que não goste, demonstrando que tudo que envolve a vida do campo lhes agrada; 25% afirmaram que o que menos gostam é a rotina do campo e não ter o que fazer o que direciona para a falta de lazer; 30% destacaram que não gostam da falta de trabalho, educação², saúde ou o atraso na melhoria da qualidade de vida de quem vive no sertão; 5% afirmaram não gostar do lugar; 5% disseram não gosta do trabalho pesado que a as atividades do campo exigem; os outros 5% dos jovens destacaram não gostar da falta de cooperação entre os moradores, algo que pode até mesmo ser relacionado com a falta de uma associação dos moradores que realmente funcione no PA.

Ao questionar os jovens que vivem no campo e que desejam migrar para a cidade sobre quais atividades pretendem desenvolver no espaço urbano, 30% deles responderam que ainda não sabem em que irão trabalhar; 10% desejam trabalhar com algo ligado à agropecuária, além de estudar e trabalhar nessa área; 10% planejam trabalhar como babá ou empregada doméstica até encontrar uma oportunidade melhor; já 10% querem trabalhar na área da saúde, uma vez que tem curso técnico em enfermagem, os demais 40% dos jovens que vivem no campo não desejam migrar, logo não se interessam em nenhuma atividade urbana ou porque ainda não sabem o que irão fazer ao migrar para a cidade.

Já os jovens que migraram do campo responderam que desenvolvem as seguintes atividades: 20% são secretárias em laboratórios odontológicos; 10% dos jovens estão apenas estudando, mas, pretendem trabalhar como professor em sua área de formação (Ciências Naturais); 10% são vendedores em loja de roupa, e fazem curso técnico de enfermagem porque desejam atuar na área da saúde; outros 10% trabalham como frentista; 10% dos jovens trabalham com manutenção de

²A falta de educação destacada pelos jovens refere se a falta de ensino técnico, profissionalizante e superior, pois no Projeto Vera Cruz há Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e EJA.

eletrodomésticos; 20% dos jovens não trabalham e não sabem o que desejam fazer; 10% trabalha como eletricitista e deseja continuar nesse ramo; outros 10% trabalham como babá, mas deseja estudar e encontrar um emprego melhor.

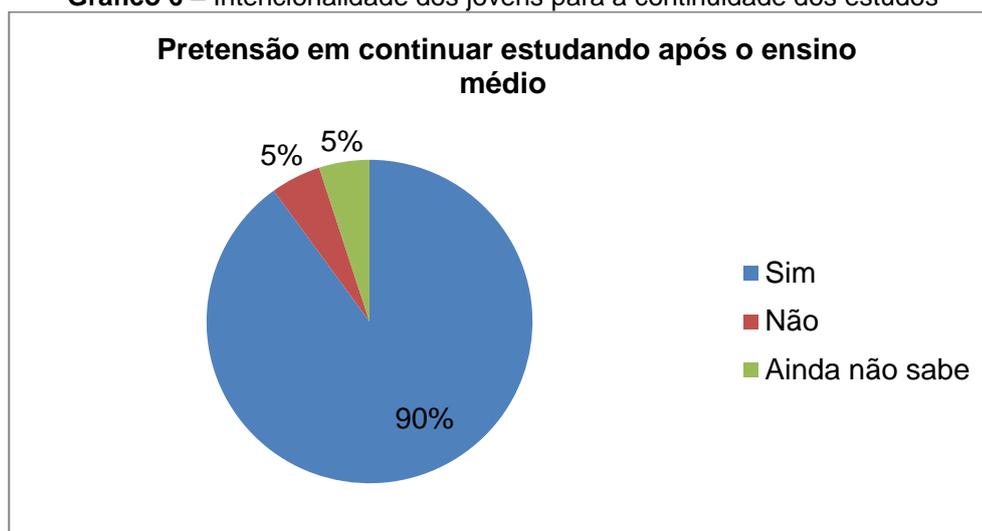
Ao questionar os jovens sobre as principais dificuldades encontradas atualmente para quem vive no campo, citaram fatores até mesmo já abordados anteriormente na pesquisa, como a falta de trabalho que não seja na roça; o serviço braçal; as dificuldades no acesso a serviços essenciais como distribuição de água adequada e organizada, pois, de acordo com o relato dos jovens, é muito comum passar dias sem água. Somam-se, ainda, a precariedade dos transportes escolares; uma educação de maior qualidade; a falta de renda para as famílias, o que leva muitas a viverem apenas de programas do governo como, por exemplo, o programa bolsa família (atual Auxílio Brasil), o que pode ser uma consequência da dificuldade de encontrar trabalho, já que muitos não têm acesso a terra, isto é, não possuem lote de terra para produzir o seu próprio sustento, pois possuem apenas o pequeno lote onde é construída a casa no núcleo do povoado, que fica ao redor da escola.

Após os jovens citarem os problemas para viverem no campo, eles foram questionados sobre as dificuldades no acesso aos estudos. Nessa oportunidade, eles destacaram a dificuldade para dar continuidade aos estudos após concluírem o ensino médio, pois, para isso, é necessário sair do campo. Além disso, a distância para chegar à escola e a falta de transporte – ou de transporte adequado, já que quando a prefeitura mandava transporte eram sempre camionetes adaptadas conhecidas como pau de arara –, e alguns jovens alegaram que o ensino não era de boa qualidade, o que até estimulou muitos a saírem do campo, além de o ensino médio ser ofertado somente à noite.

A problemática do estudo, como foi citada pelos entrevistados, é sem dúvidas um dos principais motivos que leva os jovens a deixar o campo. Ressalta-se que, o fato de os jovens ainda serem estimulados a deixar o campo pelos seus próprios familiares, como os pais, pois eles acreditam que na cidade seus filhos terão melhores condições de estudos e, posteriormente, mais facilidade para entrarem no mercado de trabalho urbano. Isso acontece porque, além das dificuldades nos estudos, faltam políticas públicas no campo que estimulem à permanência nesse espaço, principalmente quando se trata do acesso aos meios de produção, à terra, por exemplo, pelos mais jovens (OLIVEIRA; MENDES; VASCONCELOS, 2021), especialmente aqueles oriundos de um projeto de assentamento.

Além dos fatos mencionados, buscou-se também investigar se os jovens pretendem continuar os estudos. De acordo com o gráfico abaixo, 90% dos jovens, tanto os que ainda moram no PA Vera Cruz como os que já saíram, pretendem continuar estudando ou já estudam após concluir o ensino médio, enquanto 5% ainda não sabem e os outros 5% não pretendem dar continuidade aos estudos (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Intencionalidade dos jovens para a continuidade dos estudos



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Os jovens foram questionados se eles encontravam dificuldades para alcançar a independência financeira vivendo no campo, e novamente destacaram como maior dificuldade a carência de oportunidades de trabalho fora da propriedade familiar, uma vez que, trabalhar junto com a família, gera neles a concepção de contínua dependência. Desse modo, para conseguir a independência financeira seria preciso um trabalho ou adquirir a sua própria propriedade rural, sendo esta última considerada um obstáculo, já que é necessário dispor de uma quantia significativa de dinheiro. Essas dificuldades contribuem para que muitos jovens optem pela migração rumo à cidade local, sede do município, ou para destinos mais distantes, principalmente quando há histórico de migrações no seio familiar ou na comunidade rural.

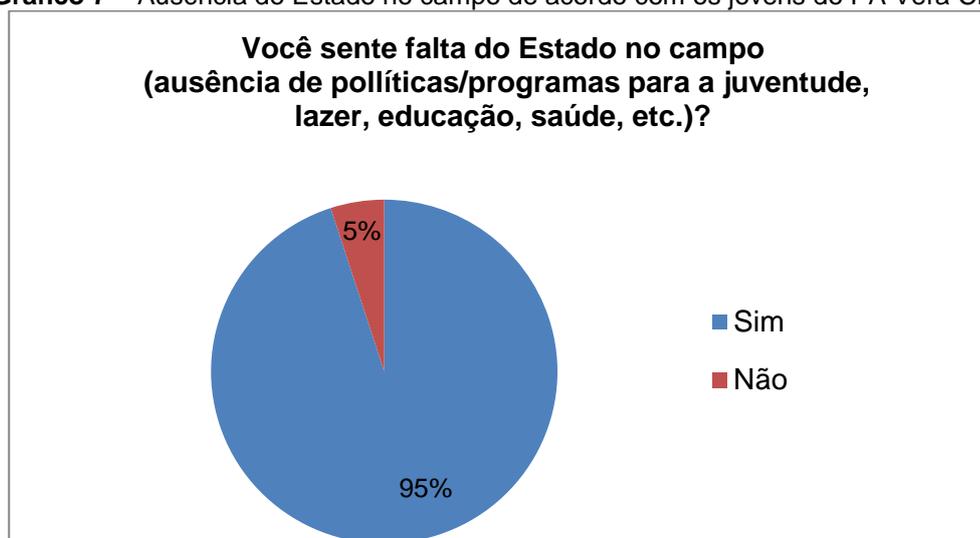
Ferreira et al., (2004) destacam que essa busca por independência, muito presente entre os jovens entrevistados do PA Vera Cruz, tem destaque na maioria das vezes entre as famílias camponesas mais pobres, o que devido à baixa oferta de trabalho no campo faz com que os jovens migrem rumo a cidade à procura de trabalho e meios de renda. Essa procura por independência financeira por parte dos

jovens está relacionada muitas vezes às demandas para suprir as suas necessidades de lazer e aquisição de bens de uso pessoal ou patrimonial. Isso porque, geralmente, o controle dos recursos entre as famílias camponesas é responsabilidade do pai, que dependendo da situação financeira busca suprir a demanda de cada membro da família.

Todavia, essa migração do campo não deve ser vista apenas como consequência da falta de trabalho ou oportunidades, mas também como um meio de reprodução social dos camponeses, como destaca Woortmann (1990). Desse modo, a migração acontece para que sejam mantidas as relações sociais existentes nesse espaço, isto é, a condição de camponês, o que acontece quando um integrante da família migra quando se vive um período difícil no campo, para que assim possa ajudar a família, se empregando na cidade ou em fazendas e enviam recursos para a manutenção e desenvolvimento de sua propriedade ou guardam para a construção de sua própria residência. Muitas vezes, pode ocorrer também a contratação de um trabalhador rural para exercer as atividades que seriam de sua responsabilidade no campo (WOORTMANN, 1990).

Partindo desta reflexão, ao serem questionados sobre a pretensão de ter uma propriedade no campo, 60% dos jovens entrevistados afirmaram ter esse desejo, enquanto que 40% não pretendem ter propriedade no campo, mesmo que muitos jovens tenham afirmado o desejo de sair (ou já saíram) do campo. Isso realça a identidade camponesa a partir do vínculo criado com o espaço rural, mesmo que o seu modo e espaço de vida tenha mudado ou poderá ser alterado no futuro próximo.

Nos resultados anteriores, os jovens relataram sentir a falta de vários serviços importantes para o desenvolvimento da vida da população do campo, como educação de qualidade, saúde, estradas aptas para o tráfego, oportunidades de trabalho, entre outros. Dados que são reforçados a partir do gráfico a seguir, em que 95% dos entrevistados responderam sentir a ausência do Estado no campo, com políticas ou programas voltados para a população camponesa (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Ausência do Estado no campo de acordo com os jovens do PA Vera Cruz

A ausência da atuação do Estado no campo é notada principalmente nas questões agrárias, isto é, a partir da falta de uma política de reforma agrária que realmente seja implantada, pois o que normalmente acontece, como explicam Nascimento *et al.*, (2018, p. 2263), “é a apropriação de terras por pequenos grupos em sua grande parte feita por latifúndios improdutivos. E ainda que produtivos, as técnicas de produção são geralmente predatórias e concentradoras de renda”, o que leva à expropriação de muitos sujeitos do campo, pois, para estes, os espaços e as condições de trabalho no campo vão ficando cada vez mais escassos e precários, principalmente quando se trata de grupos que sobrevivem unicamente da agricultura familiar.

Essa questão agrária, especificamente no PA Vera Cruz, muitas vezes não funciona devido à desinformação que faz com que muitas famílias vivam em situações precárias, pois não sabem das políticas ou programas que existem para lhes fornecer a assistência necessária para que possam viver de maneira digna no campo (SANTOS FILHO; DA PENHA, 2015).

Mesmo enfrentando dificuldades, muitos jovens preferem permanecer no campo, e para eles, essa permanência é importante por gostarem da vida que levam nesse espaço, por já serem acostumados com o ambiente e não quererem ir para um lugar desconhecido. Estar junto da família e até mesmo por considerar o campo um lugar mais tranquilo, com menos violência que a cidade, são indicadores que estimulam a opção por ficar no rural.

De maneira geral, eles preferem o conforto e a segurança do lugar que são habituados desde que nasceram a um ambiente agitado e desconhecido, que é como geralmente veem a cidade. Além de que o campo em Grajaú vai além de um espaço apenas de residência ou trabalho, é um espaço bastante dinâmico, pois proporciona muitas manifestações culturais e de lazer que são valorizadas pela juventude rural e até mesmo por quem não vive no campo, como as vaquejadas, as cavalgadas, os festejos religiosos e lazer nos principais rios e cursos d'água do município, como, por exemplo, o rio Mearim bastante visitado pelos jovens do PA Vera Cruz e região, por se encontrar próximo ao local.

Esse argumento também é reforçado por Oliveira (2015, p. 69), quando a autora afirma que: “embora os jovens sofram as influências drásticas do desenvolvimento das relações capitalistas a exemplo da industrialização, [...] manifestam-se e permanecem neste território considerado instável [...]”. Desse modo, a decisão pela permanência no campo derruba os argumentos de que em um futuro próximo restará no campo apenas os mais velhos ou que não terá quem assuma as atividades do campo e que a reprodução desse espaço fique estagnada, ocasionando, por exemplo, o fim da agricultura familiar (OLIVEIRA, 2015).

Todavia, mesmo que muitos jovens permanecerem no campo, ainda, é bastante significativo o número dos que decidem sair desse espaço. Essa saída, levando em consideração as atividades rurais, principalmente as questões familiares, podem de certo modo prejudicar o desenvolvimento do campo. Ao questionar os jovens a respeito da possibilidade das atividades camponesas serem afetadas com sua migração, 45% deles acreditam não prejudicar em nada, já 55% acreditam sim, que a sua saída do campo irá de algum modo afetar esse espaço, o que pode ser visto no gráfico 8 seguinte:

Gráfico 8 – Opinião dos jovens sobre as atividades rurais serem afetadas com a migração



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Os jovens acreditam que a sua migração nessa faixa etária não irá afetar o campo porque só eles deixam esse espaço, isto é, fica o restante da família para desenvolver as atividades necessárias do local. Por outro lado, os jovens afirmam que a sua saída do campo não afeta o desenvolvimento das atividades porque muitos não querem trabalhar no campo, logo, eles não irão prejudicar em nada ou porque saem justamente por não ter um trabalho que lhe agrade.

De forma oposta, 55% dos jovens acreditam que sua saída pode afetar negativamente o campo. Para eles, pode afetar principalmente porque, ao saírem, o trabalho ficará muito mais pesado, sobretudo nas propriedades familiares, pois ficam apenas os mais velhos, deixando assim o trabalho ainda mais difícil e corrido, sem a mão de obra jovem. Segundo os jovens, a saída do campo poderá fazer com que os costumes camponeses sejam cada vez menos exercidos e até mesmo esquecidos, fazendo com que a vida rural seja cada vez menos vivida.

Sob esse aspecto, Oliveira (2015) concorda com a maioria dos jovens do PA Vera Cruz, quando destaca que o campo é afetado negativamente após a migração, com a redução de mão de obra, o agravamento de doenças, a reorganização familiar e o luto migratório. Segundo a autora supracitada, a mão de obra é afetada quando algum membro do grupo familiar migra, no caso em questão quando o jovem migra e deixa os demais sobrecarregados de trabalho, o que pode, conseqüentemente, contribuir para o surgimento ou agravamento de doenças³, já que muitos dos camponeses que permanecem nas propriedades já têm uma idade avançada.

Por fim, a reorganização familiar acontece quando um membro migra e, apesar disso, mantém vínculo com o grupo familiar, desenvolvendo mesmo distante, por exemplo, o papel de chefe da família, quando é o pai que migra e ficam os filhos e a esposa (OLIVEIRA, 2015). Além disso, o luto migratório acontece porque os familiares que permanecem no campo vivem um processo demorado e doloroso onde a presença dos familiares é lembrada a todo instante e com o passar do tempo vai ficando apenas as recordações e lágrimas de saudades dos seus familiares que estão distantes (OLIVEIRA, 2015).

³ Entre as doenças que podem afetar as famílias dos jovens que migram estão a “pressão alta, falta de apetite, insônia, depressão, pesadelos, entre outros sintomas, somam-se as diferentes implicações nefastas sobre a saúde” (OLIVEIRA, 2015, p. 79).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs, com base no objetivo geral, analisar a relação campo-cidade a partir das motivações da migração dos jovens do Assentamento Vera Cruz. Para isso, buscou-se identificar as motivações que levam os jovens a migrarem ou permanecerem no campo; localizar os principais destinos dos jovens migrantes do campo; destacar as principais perspectivas e obstáculos à juventude rural. Assim, pode-se concluir que os jovens do PA Vera Cruz que migraram ou que desejam migrar almejam melhores perspectivas de vida, como trabalho, melhores condições financeiras, estudo, etc. Enquanto que os que decidem permanecer no campo acreditam que poderão ter um futuro satisfatório vivendo no local, com a tranquilidade do ambiente e as possíveis oportunidades de trabalho que possam surgir.

A partir da pesquisa, foi possível perceber que, apesar da cidade de Grajaú ser a mais próxima ao PA Vera Cruz, os jovens não a tiveram como único destino migratório, pois os fluxos desses jovens foram bastante diversificados, com migração intermunicipal, interestadual e inter-regional, isto é, para o próprio município de Grajaú, mas também para municípios dentro do estado, a exemplo de Imperatriz, e para outras regiões do país como Centro-oeste, Norte e Sul.

Ao abordar as perspectivas e obstáculos à juventude rural, constatou-se que as dificuldades que mais prejudicam os jovens rurais e os fazem migrar é a falta de oportunidades, principalmente relacionado aos estudos (superior, técnico, etc.) e trabalho que não seja na roça – nas palavras deles, o trabalho pesado do campo –, além da falta de lazer. Percebeu-se que aproximadamente 60% dos jovens já têm perspectivas quanto a sua migração, qual seja, já sabem o que desejam fazer ao chegarem ao seu destino após a migração, que é conseguir algum trabalho. Apesar do desejo em migrar, os jovens enfrentam algumas dificuldades ao migrarem, como a adaptação ao novo lugar, à falta de moradia própria e a dificuldade em encontrar trabalho.

Constatou-se, ainda, que muitos jovens saem do campo em busca de independência econômica, principalmente em relação a deixar de depender da família ou do trabalho na propriedade familiar, sendo que essa independência muitas vezes está relacionada a suprir suas necessidades de bens de uso pessoal, consumo e lazer.

Outra problemática que afeta a juventude rural é a ausência da atuação do Estado no campo, que além de prejudicar serviços importantes para o desenvolvimento da população do campo, como saúde, educação, infraestrutura (estradas), entre outros, também é percebida nas questões agrárias, no qual muitas famílias são obrigadas a deixarem o campo já que os espaços para trabalho vão ficando cada vez mais escassos, devido ao avanço do latifúndio.

Outro ponto negativo encontrado na pesquisa é que a migração acaba afetando o desenvolvimento do campo, já que com a saída dos jovens há uma sobrecarga de trabalho na propriedade, principalmente porque só ficam os mais velhos no campo, além de que essa saída faz com que os costumes do campo acabem sendo levados ao esquecimento, ou seja, que a vida camponesa não seja tão vivida como antes da migração.

Apesar de todos os argumentos citados e enfatizados por alguns entrevistados, percebeu-se que apesar das dificuldades vividas no campo o número de jovens que preferem permanecer nesse espaço a migrar é bastante significativo, pois para eles a vida nesse ambiente é muito mais agradável, e mesmo enfrentando dificuldades eles optam por continuar onde estão habituados a se arriscarem em um ambiente novo e desconhecido, que é como veem a cidade.

Partindo deste contexto, chegou-se à conclusão de que a migração dos jovens ou a sua permanência são ações que afetam diretamente o campo, tanto de forma positiva como negativa. A permanência contribui positivamente porque permitirá a continuidade do rural/campo, já que os jovens irão manter a identidade camponesa e contribuir com a sua manutenção. Já a migração afeta de forma negativa esse espaço por contribuir com o seu esvaziamento, passando a ideia de que o campo não seja um espaço atrativo para viver.

Sob esse prisma, o campo tem se tornando um espaço menos atrativo devido às dificuldades que enfrenta, o que foi reforçado pelos relatos dos jovens, sendo um ambiente que falta de tudo um pouco, saúde, educação, infraestrutura (estradas de qualidade), garantia de acesso à terra. Contraditoriamente, o que mais tem sido observado são os latifúndios e a expansão de atividades da agropecuária empresarial, enquanto muitas pessoas estão sem terra para trabalhar e tirar o seu sustento e de sua família.

Assim, a dificuldade mais enfatizada durante a pesquisa pelos jovens foi a falta de oportunidades para essa faixa etária, o que, para esses jovens, leva à

decisão de deixar o campo, pela falta principalmente de trabalho e opções de lazer. O ideal para solucionar essa problemática das dificuldades enfrentadas pelos camponeses e pela juventude rural seria a adoção de políticas voltadas para a população rural, pois, apesar de existirem, elas são pouco direcionadas a essa população ou até mesmo não são aplicadas, deixando as famílias camponesas sem apoio necessário para a manutenção de sua condição camponesa.

Deste modo, o mais eficaz seria disponibilizar, ou melhor, facilitar o acesso a políticas de incentivo e a linhas de créditos para estimular e fortalecer a agricultura familiar, por exemplo, para que a população rural tenha como trabalhar e produzir seu próprio sustento, possibilitando assim a continuidade da vida camponesa (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011).

Já para reduzir a migração da juventude rural e incentivar a permanência do jovem no campo, seria interessante destinar políticas que incentivem essa permanência, como, projetos que os estimulem a trabalhar e produzir junto a sua família ou até mesmo individualmente no campo, seja com agricultura, criação de animais, ou entre meios que o jovem pode trabalhar no campo.

É necessário também que a educação para esses jovens seja repensada, sendo aplicada uma educação que lhes aproxime do campo ao invés de lhes afastar, com cursos de formação socioprofissional voltados para a agricultura, por exemplo, cursos para operar tratores, além de informática, já que cada vez mais as tecnologias estão adentrando nesse espaço.

Portanto, pensar a relação campo-cidade no contexto do PA Vera Cruz nos remete a uma dualidade enfrentada pela juventude rural: permanecer no campo ou migrar para a cidade ou para outros destinos, um resultado dos seus próprios anseios e da atual realidade do espaço que vivem, do campo, além de ser uma ação que afetará a sua própria vida, de sua família e o desenvolvimento desse espaço.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D.; VALE, A. R. do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **Revista Acta Geográfica**, ed. esp., p. 33-41, 2013.

ARAÚJO, E. S. Desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, n. 1, p. 33-42, 2017.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá** – filosofia de um trovador nordestino. 5. ed. Fortaleza: Editora Vozes, 1984. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/patativa-do-assare/triste-partida.html>. Acesso em: 25 maio 2022.

BERGAMASCO, Sonia Maria. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista REMHU**, Brasília, v. 27, p. 38-57, 2012.

BATISTA, W. R. As políticas públicas de juventude. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9.; 2009. In: ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais do EDUCERE**. Curitiba, 2009.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese: revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Como se proteger**: confira medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia do novo coronavírus, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>. Acesso em: 19 de set. 2022.

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CARVALHO, D. M. [et al.]. Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D.; FERNANDES, M. J. C. **Geografia da população**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2011.

DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. A construção social da juventude rural diante dos processos migratórios: um estudo de caso da agricultura familiar de Itapuranga-GO. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 375-404, 2017.

DURAND, Jean-Pierre. **A Sociologia de Marx**. Tradução de Monica Stahel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FERRARI, D. L. [et al.]. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, out. 2004.

GALIANO, A. de M.; VETTORASSI, A.; NAVARRO, V. L. Trabalho, saúde e migração nos canaviais da região de Ribeirão Preto (SP), Brasil: o que percebem e sentem os jovens trabalhadores?. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, p. 51-64, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZAGA, Luiz. **Asa Branca**. RCA/Victor, 1947. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/asa-branca.html>. Acesso em: 25 maio 2022.

GOULLARTI, J. G. Migrações e urbanização em Santa Catarina. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 1, n. 2, p. 85-105, 2015.

HARTWIG, M. Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1.; I FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns, 1., 2012, Pelotas/RS. **Anais...** Pelotas-RS: UFSM, 2012. v. 01.

HAZEU, M. T.; GONÇALVES, A. Migrantes garimpeiros entre o Brasil e os Guianas: trabalhadores supérfluos na margem da dinâmica capitalista e políticas sociais. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2017. v. 1, p. 1-12.

HESPANHOL, R. A. M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 12, n. 2. p. 103-112, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da População 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KLEIN, M. R.; MASSUQUETTI, A.; SPRICIGO, G. Migrações internas: um estudo do município de Novo Hamburgo (RS). **Revista Ensaios FEE**, v. 33, p. 603-632, 2012.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Revista Tempo da Ciência**, v. 20, n. 39, p. 201-220, set. 2013.

LAGO, E. R. Migração rural-urbana: experiências do movimento migratório no município de Vargem Grande - MA nos anos de 1980 a 2000. In: ALMEIDA, F. A. (Org.). **Revista Políticas Públicas: Educação e diversidade - uma compreensão científica do real**. Guarujá, SP: Editora Científica, 2020. v. 1. p. 654-665.

MANFIO, V.; MEDEIROS, R. M. V.; FONTOURA, L. F. M. Repensando as relações campo/cidade: uma abordagem acerca do território do vinho na Campanha Gaúcha. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 22, p 222-242, 2016.

OLIVEIRA JR, O.; PRADO, M. A. M. A categoria juventude em contextos rurais: o dilema da migração. In: LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Org.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 57-87.

OLIVEIRA, C. M. G. **Um olhar sobre a juventude rural do Assentamento Rancho Alegre: permanência ou migração**. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2015.

OLIVEIRA, Flávia S. **Migrações rurais e agricultura familiar: vivências de famílias de Itapuranga/GO**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás – Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. van H. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, e222727. DOI: 10.1590/1806-9479.2021.222727.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. 50 p.

PAULA, L. A. C. Contextos da relação cidade-campo e juventude de assentamentos rurais no interior de São Paulo. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 6., 2018, Santo Antônio de Jesus. **Anais eletrônicos...** Santo Antônio de Jesus-BA: UNEB; Rede CMP, 2018. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/8476>. Acesso em: 15 junho 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, 2011.

REIS, V.; MACHADO, V. P. Meu Reino Encantado. In: CAMILO, J. Daniel. **Meu Reino Encantado**. Rio de Janeiro: Waner Music, 2000.

ROCHA, R. G. O processo de ocupação do Sul do Maranhão: dinamismo econômico e des(re)ordenamento territorial. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 1, p. 05-26, jan./ jun. 2015. DOI: 10.18766/2446-6549/interespacov1n1p5-26.

ROSA, A. F. Uma análise da relação cidade-campo e a dinâmica urbano-rural no município de Ilha Soleira (SP). **Revista Formação (Online)**, v. 25, n. 46, p. 149-166, set./dez. 2018.

ROTH, J. D.; WESZ, W. J.; MATTOS, V.; FERREIRA, A. M. M.; TRENTIN, I. C. L. Os novos arranjos do êxodo rural: a evasão temporária de jovens agricultores familiares gaúchos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

DE SOUZA, André Santos; EID, F. Migração de trabalhadores nordestinos a Parauapebas. **Revista Geonorte**, v. 4, n. 12, p. 1582-1599, 2013.

SANTOS FILHO, Raimundo Nonato; DA PENHA, Luciano Rocha. REFORMA AGRÁRIA COMO ENGODO: O BALANÇO ECONÔMICO DO II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO VERA CRUZ EM GRAJAÚ/MA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, v. 2, n. 01, 2015.

SANTOS, A. C. T. dos. **Juventude rural e permanência no campo**: um estudo de caso sobre juventude do assentamento rural Flor de Mucuri/SE. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, B. S. **Viveres de maranhenses no Pará**: migração, terra, trabalho e conflito no vale do Acará (décadas de 1960-1990). 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SOUZA, J. E. A.; MOURA, F. de A. Mapeamento sobre migração e trabalho escravo no contexto da baixada maranhense. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2020, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2020. p. 690-702.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez. 2018.

TROIAN, A.; DALCIN, D.; OLIVEIRA, S. V. Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 349-374, jul./dez. 2011.

UNESCO. **Juventude no Brasil**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/youth-brasil#:~:text=As%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20definem%20%E2%80%9Cjuventude,uma%20categoria%20fluida%20e%20mut%C3%A1vel>. Acesso em: 15 jun. 2022.

VALADARES, A. A. [et al.]. Os significados da permanência no campo: vozes e juventude rural. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 59-94.

VIEIRA NETO, J.; FERREIRA, L. A. B. A migração campo-cidade na Comunidade Rural Ribeirão Tambiocó- GO. **Espaço em Revista**, v. 14, p. 23-44, 2012.

WOORTMANN, K. A. A. W. Migração, Família e Campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, n. 1, p. 35-53, 1990.

ZAGO, NADIR. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, p. 61-78, 2016.

Sim Não.

3.1 Eles falam mais em sair ou permanecer no sertão?

Sair Ficar.

3.2 Eles querem ir para outro lugar com o objetivo de:

Estudar Trabalhar Constituir família Morar na cidade

Morar e trabalhar em fazenda Outro _____

3.3 Eles querem ficar no sertão com o objetivo de:

Fazer companhia para os pais Constituir família Trabalhar e investir na propriedade Outro _____

O destino dos jovens migrantes

4 Qual (quais) foi(ram) / será(ão) o(s) seu(s) principal(is) destino(s) após a saída do campo?

Cidade de Grajaú Fazenda da região Imperatriz São Luís

Teresina Belém Goiânia Mato Grosso São Paulo

Garimpo _____ Outra cidade _____ Outro país _____

5 O que lhe atraiu (ou atrairá) para esse destino?

a) Estudo

b) Trabalho

c) A vida urbana

d) Conhece parente ou amigo que mora lá.

e) Outro. Qual?

6 Você já conhecia esse local de destino?

Sim Não.

7 Conhece alguém que mora lá?

Algum familiar (pai, mãe ou irmão) Algum parente Amigo/vizinho

Conheceu alguém pela internet Convidado por um representante de empresa ou fazenda Outro _____

8 Você encontrou dificuldades quando foi morar em outro lugar? Quais foram essas dificuldades? **(Apenas para quem já migrou)**

Dificuldade para encontrar emprego Baixa escolaridade Medo ou violência Baixa remuneração Trabalho análogo à escravidão

Covid-19 Não conhecia ninguém Preconceito por ser do sertão ou maranhense Preconceito étnico-racial Preconceito de gênero

Outro: _____ **(adaptação)**

Perspectivas e obstáculos

9 Em relação a sua permanência no campo, o que te atrai na vida rural?

10 Quais atividades/trabalho você desenvolve ou pretende desenvolver no campo? **Pode marcar mais de uma opção**

- a) Trabalho em fazendas (Vaqueiro/caseiro).
- b) Trabalhos agrícolas em empresas rurais.
- c) Agricultura em propriedade própria.
- d) Pecuária e criação de outros animais em propriedade própria.
- e) Criação de peixe em propriedade própria.
- f) Apicultura em propriedade própria.
- g) Outros. Quais?

11 Para você, o que falta para continuar vivendo no campo?

12 Caso tenha saído ou deseje sair do campo, do que menos gosta na vida rural?

13 Quais atividades/trabalho você desenvolve ou pretende desenvolver na cidade?

14 Sobre a vida no campo, quais as principais dificuldades encontradas atualmente?

15 Você encontra dificuldades para ter acesso aos estudos vivendo aqui no campo? Quais?

16 Se já concluiu ou após concluir o Ensino Médio, você pretende dar continuidade aos estudos?

16.1 Sim. O que pretende estudar?

16.2 Não. Por quê?

17 Você vê dificuldades para alcançar sua independência vivendo no campo, isto é, deixar de depender dos seus pais? Quais são essas dificuldades?

18 Você pretende ter sua própria casa/propriedade aqui no campo?

a) Sim

b) Não

19 Se não, quais seus planos para o futuro vivendo no campo?

20 Você sente a falta do Estado no campo, como por exemplo, ausência de políticas/programas voltadas para a juventude, lazer, educação, saúde, etc.? **você sente falta do governo aqui...**

a) Sim

b) Não

Se sim, quais fazem mais falta?

21 Por que é importante para você permanecer vivendo no campo?

22 Para você, as atividades rurais são afetadas com a migração dos jovens? Por quê?
